

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Controle de gastos mensais, endividamento doméstico,  
investimentos e renda extra: uma análise entre famílias brasileiras de  
baixa renda**

VINICIUS LUCAS DE SOUZA COSTA  
DRE: 117216370

ORIENTADOR: Prof. Luiz Carlos Feitosa de Moura

RIO DE JANEIRO  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Controle de gastos mensais, endividamento doméstico,  
investimentos e renda extra: uma análise entre famílias brasileiras de  
baixa renda**

Monografia apresentada ao curso de  
Administração da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro como  
requisito para a obtenção do grau de  
Bacharel em Administração.

---

VINICIUS LUCAS DE SOUZA COSTA

Matrícula nº: 117216370

ORIENTADOR: Prof. Luiz Carlos Feitosa de Moura

JUNHO 2022

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela força nos momentos de dificuldade durante a graduação; a minha família, Celia e Wesley, minha mãe e meu irmão que sempre me fizeram acreditar que eu poderia concluir esse sonho; minha namorada, pelo encorajamento e companheirismo durante a monografia; ao professor orientador Luiz Moura, pois sem ele este trabalho não poderia ser finalizado; e a todos os meus amigos pelo apoio e carinho, sem eles a conclusão da graduação jamais seria possível.

## **RESUMO**

O planejamento financeiro é um assunto de grande importância no contexto da economia doméstica, pois, dentre outras funções, permite que as famílias alcancem seus objetivos e sonhos, sejam estes de curto, médio ou longo prazos. Assim, esta pesquisa insere-se neste contexto e pretende ser um instrumento para a compreensão da dinâmica financeira de famílias brasileiras residentes no Brasil, mais especificamente daquelas de baixa renda moradoras da cidade de São Paulo. Para atingir esse objetivo, utilizou-se uma amostra de 164 (cento e sessenta e quatro) famílias, com renda de até três salários-mínimos e investigou-se, a partir de um questionário eletrônico disponibilizado no Google Forms, como a utilização de ferramentas de despesas mensais influencia no nível de endividamento familiar e, porventura, em investimentos em renda fixa. Este trabalho foi elaborado a partir do método descritivo, utilizando diferentes fontes bibliográficas, tais como livros, artigos, relatórios e dissertações. Os resultados apontam para a insuficiência de conhecimento, planejamento financeiro e controle dos gastos mensais das famílias paulistas de baixa renda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Endividamento. Planejamento financeiro. Controle de despesas mensais. Famílias de baixa renda.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	6
2.	REFERENCIAL TEÓRICO .....	9
2.1.	ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA .....	9
2.2.	PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR.....	12
2.3.	CONHECIMENTO FINANCEIRO BÁSICO E INVESTIMENTOS.....	16
3.	HIPÓTESES .....	20
4.	METODOLOGIA.....	21
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5.1.	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA AMOSTRA.....	23
5.2.	PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR.....	27
5.3.	CONHECIMENTO FINANCEIRO BÁSICO E INVESTIMENTOS.....	32
5.4.	ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NA AMOSTRA DE RESPONDENTES .....	38
6.	CONCLUSÃO .....	43
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46

## 1. INTRODUÇÃO

A quantidade de famílias brasileiras endividadas está crescendo com o passar do tempo e, cada vez mais, nota-se que ela é diretamente impactada por alterações na indústria financeira do país. Aumento das taxas de juros, desemprego, ausência de educação financeira e um apurado controle de gastos, por exemplo, afetam, as famílias de modo geral, assolando, majoritariamente, aquelas com menor poder aquisitivo. Uma recente pesquisa divulgada pela Serasa Experian (2022a), por exemplo, revelou que o número de brasileiros inadimplentes em fevereiro de 2022 foi de 65 milhões, o que representa um aumento de 5,86% em relação ao mesmo período no ano anterior. Este quantitativo representa 40,45% da população adulta do país.

Com o consumo aumentando nos últimos anos, faz-se relevante promover a reflexão sobre a relação do cidadão com o dinheiro e como deve ser a gestão de suas finanças pessoais. A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), pesquisa realizada com o intuito de mapear a perspectiva de consumo do consumidor, apontou que o consumo médio familiar cresceu cerca de 4,6% pontos em seu índice de março de 2021 a março de 2022, o que acaba sendo preocupante dado que as principais dívidas de inadimplência são provenientes de: cartão de crédito (28,17%), contas básicas (23,21%) ou varejo (12,62%) (FECOMERCIO SP, 2022). Além disso, de acordo com o relatório Focus do Banco Central<sup>1</sup>, estima-se que a taxa básica de juros da economia brasileira continue a aumentar no decorrer de 2022, diminuindo para cerca de 10% em 2023, mas ainda assim comprometendo significativamente a carga onerosa do orçamento doméstico.

Diante do cenário exposto, é de extrema importância a adoção de alternativas nas condições financeiras básicas da sociedade, na acessibilidade ao mercado financeiro e no provimento de conhecimentos financeiros basilares. A educação financeira e o planejamento financeiro pessoal, por exemplo, consistem em estratégias capazes de reversão deste cenário, através da manutenção ou acumulação de bens e valores mobiliários que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para o curto, médio ou longo prazo e visa garantir a tranquilidade econômico-financeira do indivíduo (Camargo, 2007).

---

<sup>1</sup> Informação acessada em 09/05/2022 em <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20220429.pdf>.

Ainda no que se refere à educação em finanças, há de se destacar um importante item: os investimentos. De acordo com Cerbasi (2004), investir é o caminho da garantia ou melhora do futuro em relação ao que se construiu até hoje. O autor é enfático ao arguir que as decisões nessa área devem ser embasadas no conhecimento sobre o assunto, o que significa dizer que o investidor deve tomar suas decisões mediante o conhecimento sobre o tipo da aplicação escolhida, seus riscos inerentes, potencial ganhos e perdas e, principalmente, na busca por alternativas mais rentáveis do mercado embora de risco similar.

Assim, dado o contexto social de instabilidade econômica brasileira e vulnerabilidade daqueles com menor poder aquisitivo, o presente trabalho busca analisar se uma ferramenta de controle de gastos mensais resulta em melhores decisões financeiras a famílias de baixa renda e na captação de novos recursos como renda extra. A relevância deste projeto mostra-se em compreender como o conhecimento financeiro pode apresentar uma forma de preparo, planejamento e adaptação, não só no plano individual, mas também no plano coletivo das famílias como um todo. Tal premissa se fundamenta na ideia de que o planejamento é um dos fatores mais influentes àqueles que buscam ter uma tranquilidade financeira (Frankenberg, 1999).

Considerando a importância da educação financeira para os indivíduos ao longo da sua vida e dada a relevância mencionada em parágrafos anteriores, insere-se neste cenário, então, o problema de pesquisa: a utilização de recursos de controle e planejamento financeiro tem influência direta no endividamento e nos hábitos de investimento em famílias de baixa renda? Em outras palavras, este trabalho tem como objetivo principal apresentar a relação existente entre o uso de um controle financeiro e sua consequente influência nos hábitos de planejamento e organização financeiro das famílias de baixa renda, analisando desde o endividamento/organização financeira até a captação de novos recursos de renda extra pelas mesmas.

Para atingir o objetivo geral, foram traçados objetivos específicos complementares. Neste sentido, analisaremos a relação existente entre a utilização de fluxo de caixa como ferramenta de controle financeiro e o grau de inadimplência das famílias. Espera-se, por exemplo, que aqueles que façam uso de ferramentas de controle de gastos mensal tendam a não serem inadimplentes com seus compromissos, tenham maior controle sobre suas dívidas a prazo e tenham outras fontes de renda além de salários fixos. Para além do

exposto, investigaremos se há diferenças no que se refere ao gênero, idade ou prévia exposição ao ensino superior.

Conforme discussão mais aprofundada apresentada em seções posteriores deste trabalho, utilizou-se uma amostra de 164 famílias de até 3 salários-mínimos, com participantes acima dos 18 anos de idade, abrangendo tanto aqueles que tenham tido ou não exposição ao ensino superior. Os questionários foram disponibilizados através de formulário eletrônico disponibilizado no Google Forms no período compreendido entre 11 de junho e 19 de junho de 2022, e complementados através da coleta manual neste mesmo intervalo de tempo haja vista a ainda baixa utilização de recursos tecnológicos por parte de indivíduos de baixa renda.

No Brasil, ainda há campo de pesquisa frutífero para novas pesquisas científicas sobre educação financeira e planejamento familiar em baixa renda. As pesquisas existentes na temática acabam ou tratando da questão de inadimplência no Brasil, em geral, e seus principais motivos (Fiorentini, 2004; Reis, 2020; Sebben, 2020), ou se referem à importância da educação financeira para o futuro de empreendedores e não empreendedores (Frankenberg, 1999; Cerbasi, 2004, 2007; Dalarme; Silva; Severino, 2018). Contudo, este estudo busca contribuir com a literatura acadêmica na medida em que relaciona a inadimplência de famílias de baixa renda com o controle mensal de suas finanças pessoais. Para além do exposto, acrescentaremos à discussão achados acerca da captação de recursos para renda extra, de forma que seja possível que essas famílias consigam meios de atingir uma vida financeira estável, e não apenas garantam meios de sobrevivência em meio à evolução da indústria financeira.

O presente trabalho estrutura-se, então, em cinco capítulos. Para além da introdução já apresentada, onde se mencionam os objetivos gerais e específicos, contribuições e relevância do trabalho, o segundo capítulo traz a pesquisa bibliográfica, dividida em seções relacionadas a questões de controle financeiro, planejamento financeiro doméstico e conhecimento financeiro de investimentos de indivíduos de baixa renda. Assim, este capítulo apresentará a análise crítica da produção científica sobre o tema, com as devidas citações dos autores selecionados no levantamento bibliográfico.

No terceiro capítulo será apresentada a metodologia utilizada de forma detalhada: o tipo de pesquisa, o universo e a amostra utilizados, o instrumento de coleta e tratamento dos dados, finalizando com a metodologia utilizada para alcançar os objetivos geral e



específicos citados. No quarto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa na intenção de responder ao problema de pesquisa apresentado e, por fim, a conclusão apresentará os principais resultados encontrados, as limitações da pesquisa, sugestões para pesquisas futuras na área e suas implicações práticas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A presente seção contempla as principais reflexões teóricas que serviram de referência para o aprofundamento do conteúdo que constitui essa monografia. Tais referências foram selecionadas a partir do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e Google Acadêmico, através de pesquisa incluindo termos como “endividamento e inadimplência”, “baixa renda”, “planejamento financeiro familiar” e “investimentos”.

Foi então realizada a leitura do resumo dos artigos cujos títulos mais se aproximavam do objetivo deste estudo, com o intuito de selecionar aqueles que tratam sobre a educação financeira em amostras de famílias de baixa renda. Ademais, foram incluídos livros que tratassem especificamente do campo de educação financeira e planejamento financeiro. Esse capítulo, então, tem como objetivo apresentar o referencial teórico que direciona o desenvolvimento e o embasamento científico do presente trabalho.

### **2.1. ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA**

Dívida diz respeito à obrigação ou compromisso que uma pessoa tem de pagar a alguém, seja em valor financeiro ou moral (SERASA, 2021). Ainda neste sentido, o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002) define endividamento como sendo o saldo devedor de um indivíduo que pode ser resultado de dívida(s). Uma vez enquadrados nesta categoria, os indivíduos podem encontrar implicações sociais e psicológicas importantes, tais como a marginalização, exclusão social, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias ou perturbações da saúde física e mental dos filhos provenientes destas famílias endividadas (Zerrenner, 2007).

Neste sentido, Hart & Prahalad (2002, apud Rocha; Oliveira; Teixeira, 2020) exemplificam a estrutura financeira mundial através de uma pirâmide econômica, onde

no topo (nível 1) estão os consumidores de renda alta e média (países desenvolvidos) e poucas elites ricas (países em desenvolvimento). No meio (níveis 2 e 3) estão os consumidores pobres (países desenvolvidos) e a classe média emergente (países em desenvolvimento). Já a base (nível 4) contém os consumidores com baixo poder aquisitivo que possuem renda per capita anual inferior a US\$1.500. Com essa exemplificação, os autores apontam que o aumento do consumo na base da pirâmide pode gerar efeitos negativos na sociedade, tais como o consumismo e o endividamento. Neste processo, o crédito é apontado como o principal incentivador do aumento do endividamento, que, aliado à falta de educação financeira e outros aspectos comportamentais, contribuem para o aumento da inadimplência.

Segundo uma pesquisa realizada por Fustaino e Yamamoto (2009) sobre o mercado de baixa renda, concluiu-se que o consumidor de baixa renda, porventura, acaba tendo uma quantidade de dívidas não necessárias que ultrapassa suas capacidades financeiras e compromete sua mínima sobrevivência, tendo que escolher entre o pagamento das dívidas e o pagamento dos itens considerados de primeira necessidade, tais como despesas mensais de água e esgoto, energia, mercado, entre outros.

Uma vez que os consumidores de baixa renda se deparam com a necessidade de escolha acima exposta, ensejam, então, na inadimplência, caracterizada como o descumprimento de alguma obrigação financeira quando o pagamento não é realizado até a sua data de vencimento. Este problema é recorrente entre a população brasileira, que conta com mais de 70% das famílias endividadas e 28% inadimplentes (G1, 2022). É recorrente também, porém em menor magnitude, entre empresas, dado que há mais de 6,1 milhões de empresas classificadas como inadimplentes (G1, 2022) atualmente.

Entre os principais determinantes do endividamento, destacam-se fatores como dificuldades financeiras pessoais, desemprego, falta de controle nos gastos, atraso salarial, redução da renda, doenças, entre outros. Todos estes fatores acabam sendo agravados em época de crise econômica do país (Fiorentini, 2004). Para além do exposto, os autores Ribeiro e Lara (2016) complementam que o endividamento ocorre principalmente pelos produtos e serviços financeiros existentes e pela facilidade de acesso a esses serviços, anteriormente designados apenas para uma parte específica da população em contraste ao fácil acesso atual.

No que se refere ao desemprego, temos que esta variável é a que possui maior potencial de relacionar-se diretamente com o endividamento. Uma demissão ou dispensa de trabalho, por exemplo, faz com que o indivíduo/família perca repentinamente a remuneração mensal, sendo a mais séria das causas de inadimplência, haja vista o caráter repentino e crucial da mesma no fluxo de receitas mensal (SERASA, 2018).

De maneira análoga, há também o caso do atraso dos salários, presente tanto no caso de servidores públicos quanto naqueles vinculados a empresas privadas. No que se refere ao primeiro, os últimos casos de atraso de salário aconteceram na Bahia, onde a prefeitura de Salvador precisou intervir no atraso de salário para os funcionários do SAMU (Bahia Notícias, 2022), ou no Rio Grande do Norte, quando o governo declara que há atraso em uma parcela de 4 folhas salariais dos servidores de segurança pública (G1, 2022).

Quanto à instância privada, há o caso de Caçapava, município de São Paulo, onde uma empresa metalúrgica teve de entrar em greve por atrasos de salários de abril (Sindicato Dos Metalúrgicos, 2022). De modo geral, irregularidades deste tipo atrasam o pagamento das contas dos trabalhadores, ensejam em acúmulo de juros sobre o saldo devedor que, a depender do débito, podem criar uma bola de neve intransponível. Para fins elucidativos, vale lembrar que um mês de cheque especial não coberto impõe juros de cerca de 13,19% ao mês, valor este que se multiplica periodicamente (SERASA, 2018).

Há ainda o caso da diminuição da renda média familiar, proveniente tanto do desemprego quanto de pessoas recolocadas no mercado de trabalho, mas que aceitam receber salários menores para não permanecerem inativas (SERASA, 2018). Neste caso, perde-se o poder de compra, embora ainda exista a mesma recorrência das contas domésticas mensais. Assim, é preciso priorizar pagamentos, definir uma escala de importância dos mesmos e fazer com que aqueles pagamentos que supostamente possam ser postergados (usualmente, aqueles que possuem menores taxas de juros) sejam pagos com atraso ou renegociados.

Outro fator exógeno ao controle e planejamento das famílias refere-se ao caso de doenças, dado o alto custo dos remédios, serviços privados de saúde e, porventura, perda de receita por afastamentos sucessivos do trabalho. Como grande parte das famílias não possui o costume de fazer exames preventivos e dão pouca atenção à qualidade de vida, o custo dessa negligência impacta as taxas de inadimplência no Brasil através do descontrole repentino destas contas (SERASA, 2018), outro impacto causado pelo custo de saúde são

as doenças crônicas ou acidentes imprevistos, pois com um sistema de saúde público sobrecarregado e o sistema particular extremamente caro, é comum as pessoas serem pegas desprevenidas em casos de doenças, principalmente as mais graves, levando assim a gastar mais do que o planejado.

Além das situações elencadas acima citadas por Fiorentini, outros problemas também são causas de inadimplência. Para Ávila (2014), por exemplo, o cartão de crédito é a principal causa de endividamento, por conta de suas taxas e juros abusivos. Além disso, muitos consumidores tendem a pagar o mínimo da fatura do cartão de crédito e acabam não calculando o total de juros que serão acrescidos no final das parcelas. Esta situação se agrava com o tempo, dificultando, assim, a amortização por completo da dívida.

Há, ainda, um problema histórico no Brasil: a falta de educação financeira da população em geral, principalmente as de baixa renda. A rentabilidade média de muitos brasileiros que têm aplicações financeiras não ultrapassa os ganhos da poupança e com isso perdem poder de compra dado o ganho, em muitos dos casos, inferior à inflação do mesmo período. Isso faz com que o indivíduo gaste mal, não organizando seu consumo e nem sabendo como multiplicar seu próprio dinheiro. Essa má organização causa uma estagnação da vida financeira, o que, em algum momento, resulta em dívidas (SERASA, 2018). Esse ponto, entretanto, será tratado com mais detalhes mais a frente neste trabalho.

Por fim, outro ponto de importante destaque refere-se à falta de controle nos gastos, problema amplamente relacionado à cultura nacional, com escassos níveis médios de planejamento e pensamento de longo prazo. Quando as questões que ultrapassam o poder do indivíduo estão estáveis, o aprimoramento no controle de gastos e o processo de mudança de mentalidade para enxergar o presente como uma alavanca para o futuro cai no esquecimento, ignorando um controle de gastos e despesas (SERASA, 2018). Por isso, o controle de despesas mensais é de extrema importância para a continuidade de uma vida saudável, estável e consistente, sendo uma questão de extrema importância para o orçamento das famílias de baixa renda.

## 2.2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

O planejamento financeiro consiste no processo de organização financeira através do mapeamento da situação atual do indivíduo ou da família, na determinação de metas a

serem alcançadas e, conseqüentemente, nas estratégias a serem colocadas em prática para alcançá-las. Tal planejamento pode ser usado tanto por pessoas físicas como por empresas e é essencial nos nossos dias para o melhor controle e aproveitamento dos compromissos a serem cumpridos, sendo de extrema relevância dado que oferece direção, orientação e o controle das decisões futuras.

Para Foulks e Graci (1989, apud Camargo, 2007), o planejamento financeiro se trata de um processo de desenvolvimento, implementação e monitoração de um plano. Pode ser formal ou informal, para que possa se investir em ativos de acordo com a disposição individual ao risco, auxiliando em decisões de consumo de forma que estas sejam coerentes com as metas financeiras pré-estabelecidas. Portanto, a ideia é de que o planejamento financeiro não seja pontual e fixo, mas sim um processo de continuidade.

Como salienta Frankenberg (1999), o planejamento financeiro pessoal e familiar tem objetivos muito parecidos com o das empresas, dado que ambos almejam, entre outros objetivos, o crescimento sustentável de seus patrimônios. As empresas buscam gerar riquezas para seus sócios, investidores ou acionistas, enquanto os indivíduos, visam o melhor bem-estar futuro de sua família. Desta maneira, assim como o planejamento financeiro empresarial, o de cunho pessoal pode também ser dividido em períodos de curto, médio e longo prazo, tal como definido por Frankenberg (1999, p. 31):

“Estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto ou longo prazo”.

No geral, o planejamento financeiro consegue responder a três questões relevantes, tais como: (i) como aproveitar as melhores oportunidades de investimento que o mercado propõe; (ii) como identificar o grau de endividamento aceitável dada a capacidade financeira dos indivíduos; e (iii) como determinar a parcela dos lucros auferidos. Assim, é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações presentes a fim de alcançar melhores objetivos futuros (Gitman, 2011).

O conceito de planejamento financeiro, então, visa à identificação de metas, prioridades e organização das finanças para alcance dessas mesmas metas. Camargo (2007) complementa a gestão financeira pessoal, apontando que não é um conceito rígido e

inelástico. Cada um estabelece metas de acordo com suas possibilidades e condições individuais, que devem ser reajustadas e revisadas ao longo do processo e suas perspectivas, delimitando quais investimentos e decisões financeiras são prioritárias.

Porém, conforme apontado por Camargo (2007), outro ponto importante no planejamento é que muitas pessoas não sabem exatamente onde seu dinheiro é gasto e o impacto dessa saída. Para tanto, o desenvolvimento de uma ferramenta de demonstrativo de caixa deve ser o princípio básico para um plano financeiro, onde não apenas tenha-se conhecimento de onde o dinheiro está sendo gasto, mas também destacando os principais gargalos que representam os gastos desproporcionais à realidade financeira familiar. Esse processo refletirá o que está disponível para investir após o pagamento das dívidas.

Assim, o objetivo principal de uma ferramenta de controle de gastos mensais está em ensinar a administrar o próprio dinheiro, possibilitando à família (ou indivíduo) fazer uso desse controle para viver dentro de sua realidade financeira. Este tópico irá apresentar um modelo de controle de caixa pessoal mensal. Leal (2011) sugere uma maneira de três etapas para montar um fluxo de caixa:

- 1) Identificar a receita líquida familiar;
- 2) Identificar as despesas fixas, tais como luz, água, telefone, condomínio, transporte, aluguel, educação, seguro de vida, alimentação, entre outras; e as despesas variáveis, tais como lazer, viagens, vícios etc.
- 3) Após descobrir as receitas e despesas pessoais, deve-se verificar se os seus gastos estão em equilíbrio com as receitas. Se o fluxo estiver positivo, a pessoa pode destinar uma parcela dessa “sobra de renda” para poupar e investir. Já se o fluxo for negativo, a pessoa deve cortar gastos ou aumentar a sua renda de alguma forma, para que assim a passe a destinar uma quantia de sua renda para uma reserva financeira ou investimentos.

Além das etapas supracitadas, para se ter algo mais concreto, o site da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, na parte denominada o “Meu bolso em dia”, oferece gratuitamente modelos de controle prontos para facilitar o planejamento financeiro pessoal/familiar, tal como o modelo abaixo (Figura 1) que separa as principais fontes de renda (quanto entra), as principais despesas (quanto sai), bem como o consolidado de ambas as informações de maneira bem intuitiva.

Figura 1 – Modelo de Controle Financeiro Mensal

Rendas/Quanto vai entrar	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Salário total da família												
Aposentadoria												
Renda extra												
<b>1- Total de renda da família</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Gastos/Quanto vai sair	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
<b>Principais gastos</b>												
Aluguel												
Prestação da casa												
Condomínio												
Prestações do carro												
Transporte (ônibus, táxi, gasolina, metrô)												
Mensalidade escolar												
Seguros												
Consórcio												
Poupança, capitalização, outros investimentos												
Supermercado e/ou sacolão												
Fatura do cartão de crédito												
Conta de telefone (e/ou internet)												
Conta de água												
Conta de luz												
Gás												
Cheques pré-datados												
Saúde (consultas, planos, farmácia)												
Outras prestações (empréstimos, financiamentos, carnês)												
<b>3- Total de despesas do mês</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Outros gastos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Roupas												
Gastos com beleza (manicure, cabelo)												
Presentes												
Lazer (passeios, cinema, lanchonete)												
DVD, CD, livros, aplicativos												
Emergências												
Gastos do dia a dia*												
<b>3- Total de despesas do mês</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Seu bolso mês a mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
<b>1 TOTAL de quanto entra</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3 TOTAL de quanto sai</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Meu Bolso em Dia, Febraban

De maneira análoga, há inúmeros aplicativos de controle financeiro que cumprem a função acima de maneira rápida, prática e também muito intuitiva. Neste sentido, citamos, por exemplo, Trello, Mobills, GuiaBolso, Organizze, ou até mesmo o Google Agenda, útil no caso de lembretes para o pagamento em dia das contas. Todos apresentam inúmeras vantagens no controle de gastos mensais como forma de controlar as finanças, se preparar para investimentos ou alcançar objetivos de médio e longo prazos, tais como casamento, realização de uma viagem de intercâmbio, abertura de negócio próprio, entre outros (Estado de Minas, 2021).

Segundo Giaretta (2011), a revisão, o acompanhamento e a atualização do orçamento de forma simples e constante pode permitir que o indivíduo (ou família) tenha um gerenciamento melhor de suas finanças pessoais, facilitando o acúmulo de reservas financeiras e a preservação do valor econômico. É possível que, de forma simples e constante, qualquer usuário destes meios de controle financeiro possa manter um controle de fluxo financeiro atualizado, mostrando o reflexo límpido da situação financeira atual, melhorando, em última instância, suas finanças pessoais.

Entretanto, no que se refere ao escopo de famílias de baixa renda, Cardoso (2018) apontam que apesar de existirem inúmeras pesquisas e estudos sobre educação financeira no Brasil, a literatura brasileira com pesquisas focando diretamente em famílias de baixa renda são escassas, pois a grande maioria dessas pesquisas avaliam a educação financeira de estudantes universitários, jovens e adultos no geral. Assim sendo, os autores reforçam que é de suma importância a implementação de uma cultura financeira forte no país que busque a eficiência em seus processos para que mais pessoas tenham acesso a uma boa educação financeira, principalmente, famílias de baixa renda.

### 2.3. CONHECIMENTO FINANCEIRO BÁSICO E INVESTIMENTOS

O conhecimento financeiro é definido por Grable e Joo (2006 apud Cardoso 2018) como o elemento de bem-estar financeiro pessoal, que leva à satisfação e melhor comportamento de atitude perante decisões financeiras. Já para Delavande, Rohwedder e Willis (2008, apud Cardoso 2018), o nível de conhecimento financeiro é um pouco mais profundo, adquirido por meio da aprendizagem ao longo da vida em assuntos que afetam



a eficiência do controle de gastos familiares e a gestão de receitas, despesas e poupança de forma mais eficiente.

Desse modo, a educação financeira auxilia na construção do planejamento e do orçamento familiar, fazendo com que as receitas e despesas dos indivíduos fiquem controladas, trazendo mais disciplina para o controle de gastos mensais. Segundo Pereira (2003), educação financeira é o processo de desenvolvimento do ser humano e de sua capacidade integral para tomar decisões, se tornar independente e viver bem física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Educação financeira não se limita apenas ao conhecimento do mercado financeiro, com todas as suas expressões, produtos, taxas e riscos, mas reconhece-se a importância de certo nível de conhecimento, o qual é fator indispensável para melhores decisões financeiras.

O termo “educação financeira”, segundo Jacob et al. (apud Lucci et al., 2006), acaba se referindo ao dinheiro na vida cotidiana e como este influencia na utilização de cartões de crédito e em futuras decisões de investimento. O autor ainda complementa que o termo educação, na área de finanças, se refira ao conhecimento dos termos financeiros de mercado, abrangendo conhecimentos básicos em matemática financeira, conferindo capacidade de interpretar dados financeiros e auxiliando em decisões que sejam inteligentes quanto ao uso do próprio dinheiro.

Outra definição importante é proveniente a da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (2005, apud Cladino et al., 2009), que, através da junção dos termos “financeira” e “educação”, define a educação financeira como:

“o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessária para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro”. (Cladino et al., 2009, p. 3)

Desta forma, a educação financeira não é somente um amontoado de informações financeiras e de conselhos domésticos, abrangendo também conceitos importantes tais como investimentos, poupança, tesouro direto, CDBs, fundos de investimentos, dentre outras alternativas de aplicação de recursos melhor delimitadas nos parágrafos seguintes.

No que se refere aos investimentos, de maneira geral, Cerbasi (2004) os definem como o caminho da garantia ou melhora do futuro em relação ao que se construiu até hoje. Ao falar de investimento o autor destaca a importância de que as decisões nessa área devam

ser embasadas no conhecimento sobre o assunto, o que significa dizer que o investidor deve tomar suas decisões mediante o conhecimento sobre o tipo da aplicação, os riscos que ela oferece, possíveis cenários de ganhos e perdas, onde calcule-se a maior rentabilidade esperada. O investidor que se educa para investir bem e vai atrás dos produtos corretos para seu estágio de vida e nível de conhecimento, certamente colherá bons resultados no futuro e o excedente poderá comprar aquilo que se pensou gastar no presente, porém em um momento futuro com maior poder de compra (Oriente, Alves, 2016).

De maneira específica, começemos pela caderneta de poupança, investimento tradicional, simples e popular entre investidores de baixa renda, presente em todos os bancos comerciais. Segundo informações da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), 23% da população brasileira investiu na poupança em 2021 (ANBIMA, 2022). As quantias depositadas podem ser sacadas a qualquer tempo, sem haver cobrança de taxas, sendo o risco da aplicação muito baixo, pois para se perder dinheiro o banco teria que vir a falência (SERASA, 2022b) ou o valor investido teria que ser maior que o valor garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito, no total de R\$ 250 mil (FGC, 2022). A desvantagem da caderneta de poupança é que oferece baixíssima rentabilidade, às vezes não alcançando sequer a variação da inflação no mesmo período e, na maioria dos casos, perdendo para demais aplicações de renda fixa e de baixo risco no mercado (Cerbasi, 2005).

Já o Certificado de Depósito Bancário (CDB) é uma das formas de investimento mais tradicionais do mercado e o título de renda fixa mais adquirido pelo investidor pessoa física. Para os investidores, os principais atrativos do CDB estão na possibilidade de contratação de um ativo com liquidez diária (em que o investidor pode resgatar o valor aplicado e seu rendimento proporcional a qualquer momento, NUBANK, 2022) e o fato de o instrumento ser elegível à cobertura do Fundo Garantidor de Crédito, que seria uma associação civil sem fins lucrativos que tem por finalidades proteger depositantes e investidores das instituições associadas (B3, 2022).

A LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) são dois tipos de investimento em renda fixa isentos de Imposto de Renda, ambas são muito parecidas com os CDBs emitidos pelos bancos, ou seja, quem compra esses papéis “empresta” dinheiro para uma instituição financeira. Em troca, recebe uma remuneração – juros – durante o período em que mantiver os recursos aplicados, porém, não há

possibilidade de sacar o dinheiro a qualquer momento, chamado de prazo de carência. As LCIs e LCAs precisam obedecer a um período mínimo de investimento, determinado por regulação do Conselho Monetário Nacional (CMN). E a carência varia conforme o tipo de remuneração oferecida pelos papéis (INFOMONEY, 2022).

Há também outra alternativa muito popular entre os investidores de renda fixa: os títulos públicos. Considerados de baixo risco pelo mercado financeiro, são garantidos pelo Tesouro Nacional, oferecem retornos interessantes e possuem diversas rentabilidades, tais como as pós-fixadas (remunerados pela taxa básica da economia, a SELIC), prefixadas e indexadas a algum índice de preços (tal como o IPCA). Pessoas físicas e jurídicas conseguem comprar diretamente pela Internet, sem intermediários financeiros, com menores custos e, conseqüentemente, com certa facilidade no momento do investimento.

Caso os títulos sejam mantidos até a data de vencimento, o investidor receberá exatamente a rentabilidade bruta acordada no momento da compra. Caso resolva vendê-lo antecipadamente, receberá o preço de mercado do título na data da venda, o qual pode ser ligeiramente inferior ou superior ao valor acordado inicialmente, a depender da demanda pelo título e de acordo com a tendência da taxa de juros (Tesouro Direto, 2022). Como os títulos são garantidos pelo governo, o único risco é o governo quebrar e não honrar suas dívidas, sendo a principal vantagem desse tipo de título a possibilidade dos investidores investirem com menos de R\$100,00 em títulos seguros e com rendimentos consideravelmente altos, a um custo inferior às taxas de administração de fundos de investimento mais populares (Cerbasi, 2005).

Outra alternativa são os fundos de investimento, modalidade de aplicação financeira coletiva e que reúne recursos de diversos investidores que delegam as decisões de investimento a um gestor profissional. Cada fundo tem seu próprio regulamento, o qual define regras claras sobre onde esse gestor pode atuar, quais são os limites de exposição, os custos, o público-alvo, entre outras informações essenciais. Um fundo é criado por iniciativa de um administrador, em geral uma instituição financeira, que formalmente o constitui e define o seu objetivo, política de investimento e risco, as categorias de ativos financeiros em que poderá investir, taxas que cobrará pelos serviços e outras regras de participação, funcionamento e organização.

Por fim, há também as ações, menor parcela de participação societária no capital social de uma empresa. O proprietário de ações emitidas por uma empresa é chamado de

acionista e é considerado sócio, tendo alguns direitos no limite que suas ações adquiridas lhe proporcionam. Apesar de todas as sociedades anônimas terem o seu capital dividido em ações, somente as ações que forem emitidas por companhias de capital aberto e que possuem registro na CVM poderão ser negociadas publicamente (Leal, Do Nascimento, 2011). Ao adquirir ações de uma companhia, o indivíduo participa do lucro da empresa através do recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio ou eventuais bonificações (tais como a possibilidade de recompra de ações, bonificações de ações etc.). A vantagem de se investir no mercado de ações, além dos dividendos no caso da empresa auferir lucro, é a possibilidade de uma valorização do patrimônio pessoal gerado pelo crescimento da ação, considerando-se, entretanto, seu risco elevado.

### **3. HIPÓTESES**

Segundo a literatura acadêmica apresentada na seção anterior deste trabalho, o endividamento e a inadimplência são causados tanto por fatores mensuráveis, tais como o descontrole de gastos e a falta de planejamento, como por fatores externos, tais como as doenças e o desemprego. Este último se mostra ainda mais forte entre os mais pobres, já que esta parcela da população encontra inúmeras dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho devido aos baixos níveis de escolaridade (Barreto, 2021). Ainda neste sentido, Bortoluzzi et al. (2015) apontam que o descontrole financeiro e a inadimplência são mais aparentes nas classes de baixa renda, já que apenas 14% do total de inadimplentes do Brasil são pertencentes às classes A e B. Portanto, formula-se a seguinte hipótese:

H1: Indivíduos/famílias de baixa renda tendem a ser mais endividados e inadimplentes.

No que se relaciona à questão do uso de uma ferramenta de gastos mensais, Alves (2010) aponta que adotar o “caderno” de anotações dos gastos pode ser o primeiro passo para a aplicação de um controle financeiro na família e esse é o caminho para aqueles que buscam conhecer melhor sua realidade financeira e controlá-la de forma mais organizada. Mendes (2015) também complementa esse argumento ao afirmar que uma das tarefas de extrema importância para o controle efetivo das finanças é manter o hábito de anotação de gastos, visto que sem saber o que se gasta é difícil mensurar a vida financeira independente. Portanto, a hipótese formulada advinda destes achados anteriores é que:

H2: O uso de uma ferramenta de controle financeiro impacta inversamente na propensão ao endividamento de famílias de baixa renda.

Por fim, Lucci et al. (2006) argumentam que o nível de conhecimento dos conceitos financeiros é diretamente correlacionado ao nível de educação financeira, complementando que o nível de conhecimento financeiro também influencia na qualidade final das decisões financeiras a serem tomadas. Tal achado é corroborado por Wisniewski (2011), que apresenta a educação financeira como uma ferramenta essencial para gestão de finanças pessoais, contribuindo para o hábito da poupança e para o acesso a novas modalidades de investimento. Assim, postula-se que:

H3: A educação financeira e o conhecimento financeiro contribuem positivamente na captação de recursos para renda extra.

#### **4. METODOLOGIA**

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, tais como o tipo de pesquisa, sua descrição geral, a população e amostra utilizadas, os instrumentos de coleta e a análise em si dos dados. A presente monografia se insere no campo de estudos das Ciências Sociais Aplicadas e pretende contribuir, especificamente, para os estudos de Administração.

A pesquisa realizada irá abranger duas principais abordagens metodológicas: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa quantitativa. A pesquisa de natureza bibliográfica servirá para analisar a relação do endividamento e inadimplência com alguma ferramenta de controle financeiro de gastos mensais dentro de planejamento financeiro, e seu posterior impacto na captação de recursos como renda extra. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo analisar artigos, revistas e livros, a fim de colocar o pesquisador em contato com o referencial teórico e empírico sobre seu tema de trabalho (Martins, 2001).

Já a pesquisa de natureza quantitativa irá avaliar o perfil de uma amostra específica no que se refere ao endividamento, conhecimentos de planejamento financeiro e educação financeira (mais especificamente investimentos de renda fixa). Esta abordagem tem como objetivo inferir resultados sobre uma população específica, classificá-los e analisá-los por meio de técnicas estatísticas apropriadas (Silva, 2003).

Neste sentido, o presente estudo ainda pode ser caracterizado como do tipo descritivo. As pesquisas descritivas têm como objetivo explicar determinadas condições, contextos ou fenômenos sociais, sendo que analisa, registra, observa, e correlaciona fenômenos ou fatos, sem que haja interferência/manipulação dos resultados por parte do pesquisador (Marconi e Lakatos, 2010). Para além do exposto, caracterizou-se como empírica ao aplicar o questionário como fonte de coleta de informação da investigação (Vergara, 2016).

Já quanto ao meio de investigação, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, através da busca das palavras-chave “endividamento”, “famílias de baixa renda”, “planejamento financeiro familiar” e “educação financeira” no portal de periódicos ‘CAPES’, ‘*Scielo*’ e ‘Google Acadêmico’. Foi então realizada a leitura do resumo de cada artigo de forma a selecionar aqueles que tivesse maior interseção com a temática de educação financeira entre famílias de baixa renda.

O universo da pesquisa é, por conseguinte, composto por famílias de baixa renda, por possuírem características que serão objeto de estudo. A amostra final selecionada abrange 164 famílias que recebem de 1 a 3 salários-mínimos, moradoras da cidade de São Paulo. O instrumento de pesquisa adotado foi a utilização de um questionário composto por perguntas previamente formuladas, com até três tipos de perguntas, como sugerido por Vergara (2016), variando entre perguntas por grau, perguntas de “sim” ou “não” e perguntas por tópicos (de múltiplas escolhas). De modo geral, levou-se em consideração as diversas vantagens de tal aplicação, tais como os baixos gastos, a garantia de anonimato, a conveniência para a o respondente e a possibilidade de maior alcance de pessoas (Gil, 2008). Ressalta-se também que, com o intuito de manter o caráter de analisar a unidade familiar, a aplicação dos questionários limitou-se a apenas um membro de cada família.

As perguntas foram elaboradas e segmentadas com base na literatura relacionada previamente referida no referencial teórico, e elencadas em quatro agrupamentos: questões sociodemográficas, questões sobre endividamento, questões de planejamento financeiro familiar e, por fim, questões sobre educação financeira e investimentos. A elaboração das perguntas foi formulada com o intuito de coletar dados acerca dos comportamentos e hábitos financeiros de uma amostra suficientemente representativa de famílias de baixa renda de São Paulo.

A amostra foi calculada a partir da fórmula de Intervalo de Confiança, para definir qual seria uma amostra aceitável para a população que está sendo analisada. A população foi considerada a de 922.259 famílias sendo considerado o sistema CadÚnico, um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas Sociais do Governo Federal. Após descobrir a população, foi definido o desvio padrão e o erro aceitável. Para a utilização de desvio padrão utilizamos 50% para uma escolha mais segura para que a amostragem seja suficiente, para a margem de erro foi utilizado 10%. Com essas informações, precisamos calcular o tamanho da amostra, com a seguinte fórmula. Seguindo a tabela do Score Z, para esse tipo de definições o valor z é de 1,645. Seguindo os cálculos foi possível achar que o valor de amostra ideal seria de 68 famílias.

$$((\text{ScoreZ})^2 \times \text{Desv.Pad.} \times (1 - \text{Desv.Pad.})) / (\text{Erro})^2$$

O questionário, elaborado por meio da ferramenta Google Forms, foi distribuído digitalmente em diversas plataformas, tais como o WhatsApp, por listas de transmissão e divulgação em grupos de organizações diversas, e por meio das redes sociais Facebook e Instagram a fim de aumentar o grau de variabilidade e o alcance amostral. Para além do exposto, o questionário também foi aplicado presencialmente, onde as perguntas foram posteriormente tabuladas e agregadas às originalmente respondidas online. O objetivo desta parte foi abranger famílias de baixa renda que, porventura, encontrassem dificuldade ou obstáculos relacionados à inclusão digital. O questionário ficou acessível durante os dias 11 e 19 de junho de 2022.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA AMOSTRA**

A amostra final de respondentes é representada por 164 indivíduos, delimitados somente aos respondentes que possuem renda familiar de até 3 salários-mínimos, que é a classificação do governo para “famílias de baixa renda”. Dentre os respondentes, 42% são do gênero feminino e 58% são do gênero masculino. Adicionalmente, tem-se que a maioria dos respondentes (38%) é composta por indivíduos na faixa etária de 25 a 34 anos

(Tabela 2), e os outros três segmentos de idade, no geral, foram bem equilibrados entre si. Além disso, a grande maioria das respostas são de pessoas casadas ou em união estável (49%) ou divorciados/separados/viúvos (23%), conforme evidenciado na Tabela 3.

Tabela 1 - Gênero

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Feminino</b>	95	58
<b>Masculino</b>	69	42

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 2 - Idade

Idade		
	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>18 a 24</b>	16	10
<b>25 a 34</b>	62	38
<b>35 a 44</b>	32	20
<b>45 a 54</b>	45	27
<b>55 ou +</b>	8	5
<b>Não respondente</b>	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 3 – Estado Civil

Estado Civil		
	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Casado/União Estável</b>	81	49
<b>Divorciado (a), Separado (a), Viúvo (a)</b>	37	23
<b>Responsável Solo</b>	31	19
<b>Outro</b>	15	9

Fonte: Elaborado pelo autor



Como ponto relevante para a pesquisa, foi perguntado o nível de escolaridade dos respondentes, já que esta é uma variável que relacionaremos com o índice de endividamento em seção posterior dos resultados. Conforme evidenciado na Tabela 4, a maioria dos respondentes completou somente o ensino médio (49%). Muitas pessoas também responderam que possuem ensino superior incompleto (23%) ou ainda estão cursando o ensino superior (22%). Entre os respondentes, apenas 4% possuem ensino superior completo, ao passo que somente 1% possuem pós-graduação.

Tabela 4 - Escolaridade

<b>Escolaridade</b>		
	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Ensino Médio Completo</b>	81	49
<b>Ensino Superior Incompleto</b>	38	23
<b>Cursando Ensino Superior</b>	36	22
<b>Ensino Superior Completo</b>	7	4
<b>Pós-graduação</b>	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor

De maneira complementar, a Tabela 5 nos permite auferir que a maioria dos respondentes está empregada, seja de forma autônoma, em empresa privada ou em repartição pública (84%). Dentre os demais respondentes, 7% são desempregados, 5% são aposentados, 3% são estagiários/bolsistas e 2% são estudantes.

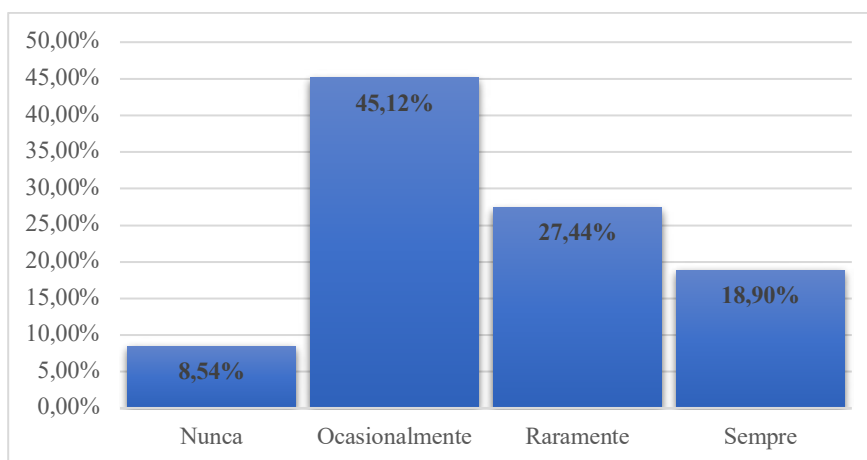
Tabela 5 - Ocupação

<b>Profissão</b>		
	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Empregado (Autônomo, empresa privada, pública)</b>	137	84
<b>Desempregado</b>	11	7
<b>Aposentado (a)</b>	8	5
<b>Estagiário/Bolsista</b>	5	3
<b>Estudante</b>	3	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme apresentado no Gráfico 1, somente 8,54% dessas famílias não possuem dívidas em atraso. Para além do exposto, 45,12% têm problemas de gastos de forma ocasional e 18,9% sempre possuem problemas desse tipo. Acrescenta-se, ainda, que a maioria das famílias atualmente possui dívidas em atraso (64%) (Tabela 6), já teve seus nomes registrados em algum órgão de recuperação de crédito (76%) (Tabela 7), porém, em compensação, não utilizam o pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, costumam pagar a fatura com o valor cheio. (90,2%) (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Problemas com gastos mensais



Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 6 – Possui dívidas em atraso

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Não</b>	59	36
<b>Sim</b>	105	64

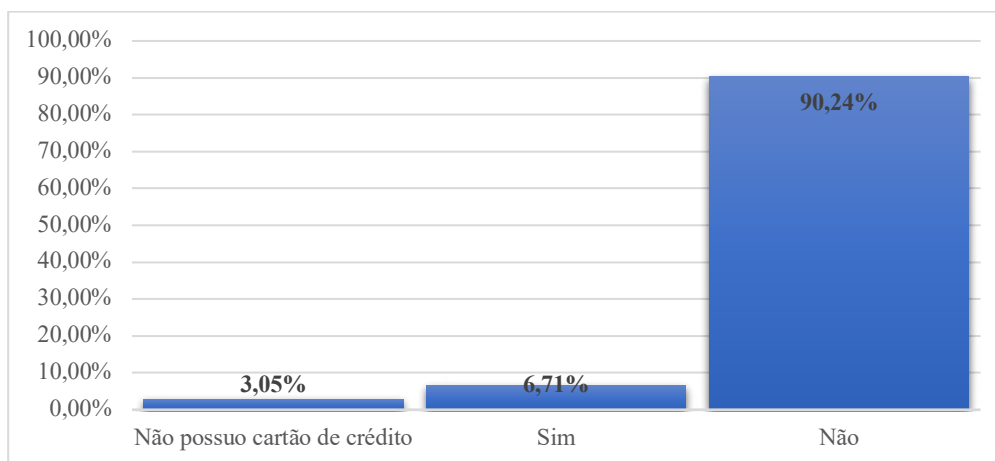
Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 7 – Já teve seu nome registrado em algum órgão de recuperação de crédito

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Não</b>	40	24
<b>Sim</b>	124	76

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2 – Paga o mínimo na fatura de cartão de crédito

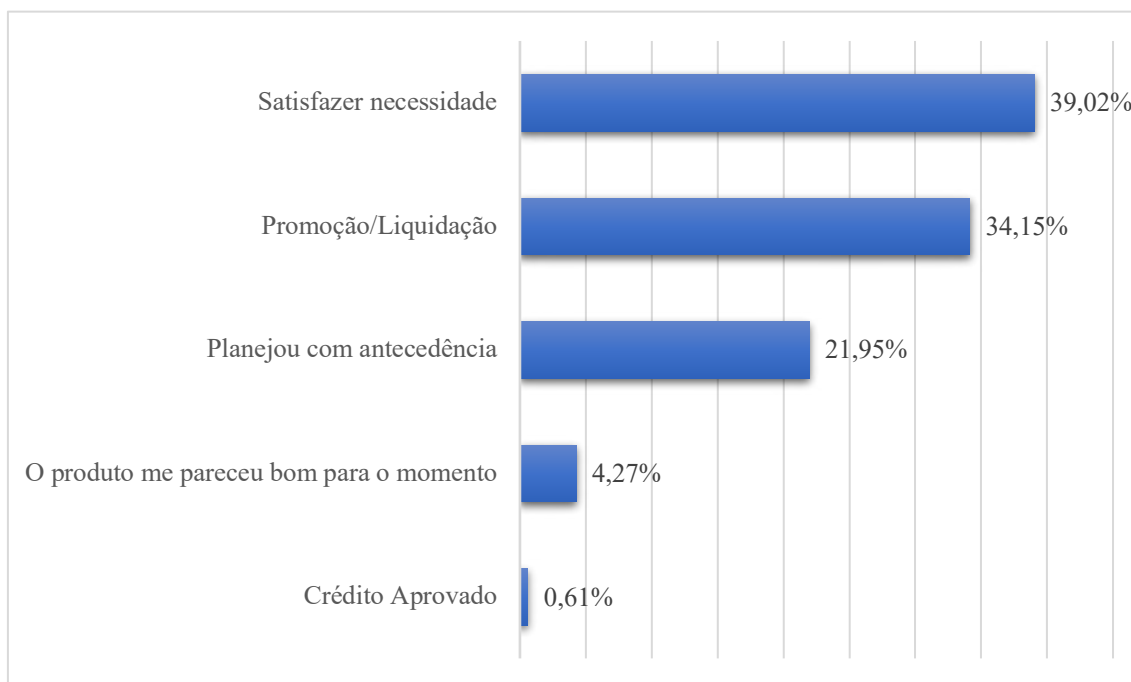


Fonte: Elaborado pelo autor

## 5.2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

Na segunda etapa da análise dos questionários, analisamos descritivamente alguns hábitos dos respondentes relacionados ao planejamento familiar. Começamos por investigar o motivo pelo qual as famílias fazem suas compras e são levadas ao consumo. Conforme apresentado no Gráfico 3, a maioria das famílias indicou que compra para satisfazer necessidade pessoais (39,02%), porque há uma promoção/liquidação (34,1%) ou porque planejaram com antecedência (21,95%). Das demais respostas, 4,27% responderam que compram porque o produto pareceu bom para o momento e somente 0,61% respondeu que o motivo seria o crédito aprovado.

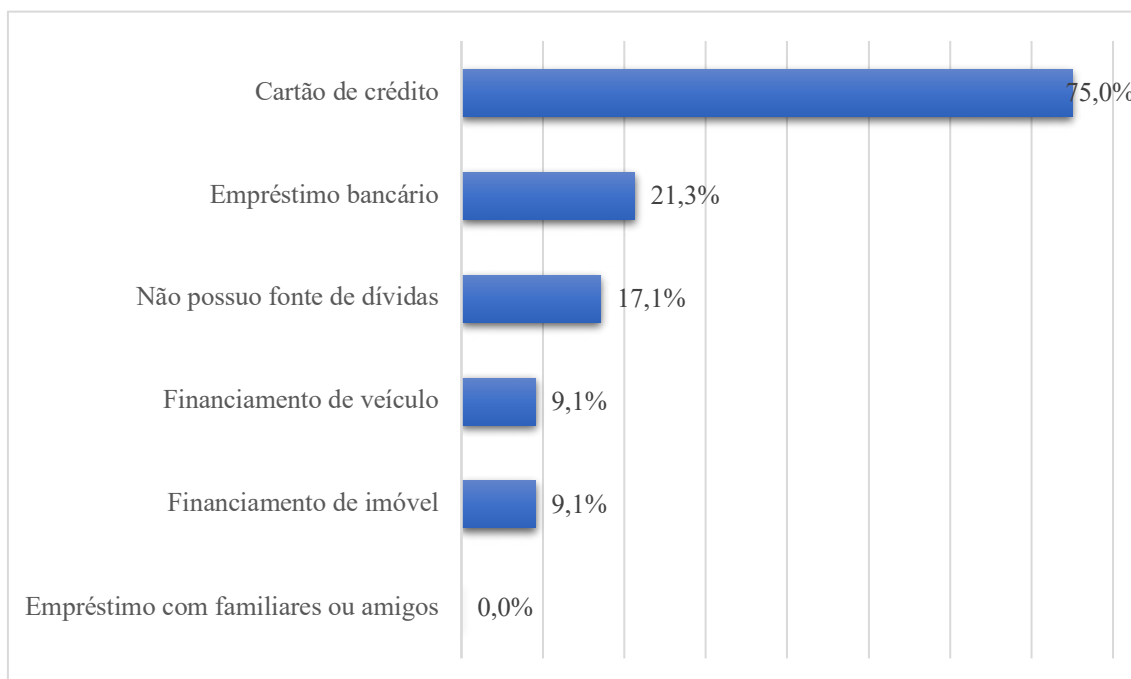
Gráfico 3 – Ao realizar uma compra, qual o motivo



Fonte: Elaborado pelo autor

Além da pergunta sobre os diferentes motivos propulsores do consumo, a pesquisa também abordou qual é a maior fonte de dívidas das famílias. Segundo dados apresentados no Gráfico 4, o resultado converge com a pesquisa realizada pelo Serasa no que tange ao endividamento e inadimplência, indicando que as dívidas de cartão de crédito são as que mais chegam às famílias (75%), seguido de empréstimo bancário (21,3%) e financiamento de veículos e imóveis com o mesmo resultado (9,1%).

Gráfico 4 – Principal fonte de dívida



Fonte: Elaborado pelo autor

Outro ponto de grande relevância referente ao planejamento familiar foi identificar por quantos meses seria possível manter o atual padrão de vida utilizando-se apenas das economias mantidas em reserva de emergência. Conforme apresentado no Gráfico 8, verifica-se que as famílias não conseguiriam manter o padrão de vida (47%) ou sobreviveriam apenas no curto intervalo de tempo de 1 a 3 meses (47%), não tendo, assim, recursos suficientes para se manter caso percam toda sua renda ou trabalho, e necessitando se endividar mais ainda. Somente 5% sobreviveriam de 4 a 6 meses, 1% de 7 a 9 meses e 1% sobreviveria mais de 12 meses. Nenhuma família respondeu que sobreviveria de 10 a 12 meses.

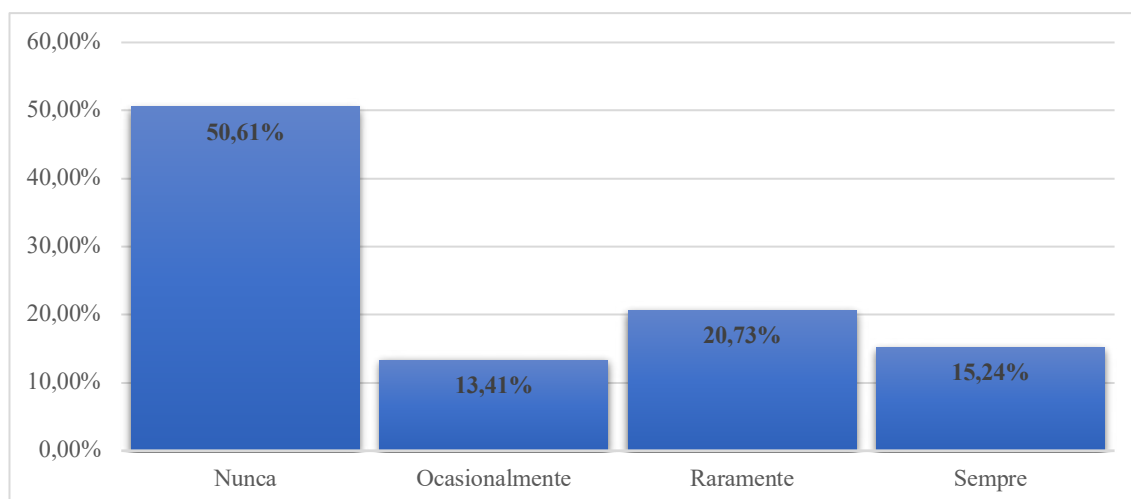
Tabela 8 – Se perder o rendimento, por quantos meses você conseguiria manter o atual padrão de vida utilizando suas economias

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>1 a 3 meses</b>	77	47
<b>4 a 6 meses</b>	8	5
<b>7 a 9 meses</b>	1	1
<b>Mais de 12 meses</b>	1	1
<b>Não conseguiria manter meu padrão de vida e precisaria pegar empréstimo/me endividar</b>	77	47

Fonte: Elaborado pelo autor

De maneira complementar, os respondentes relataram se costumam anotar ou controlar seus gastos familiares utilizando-se de planilhas de receitas e despesas mensais, tal como apresentada na Figura 1, aplicativos de controle pessoais, caderno ou afins. A diferença, neste ponto, ilustrada através do Gráfico 5 abaixo, fica bem explícita: a maioria dos respondentes nunca (50,6%) ou raramente (20,7%) fazem anotações ou possui controle, enquanto apenas 13,4% ocasionalmente ou sempre (15,2%) o fazem.

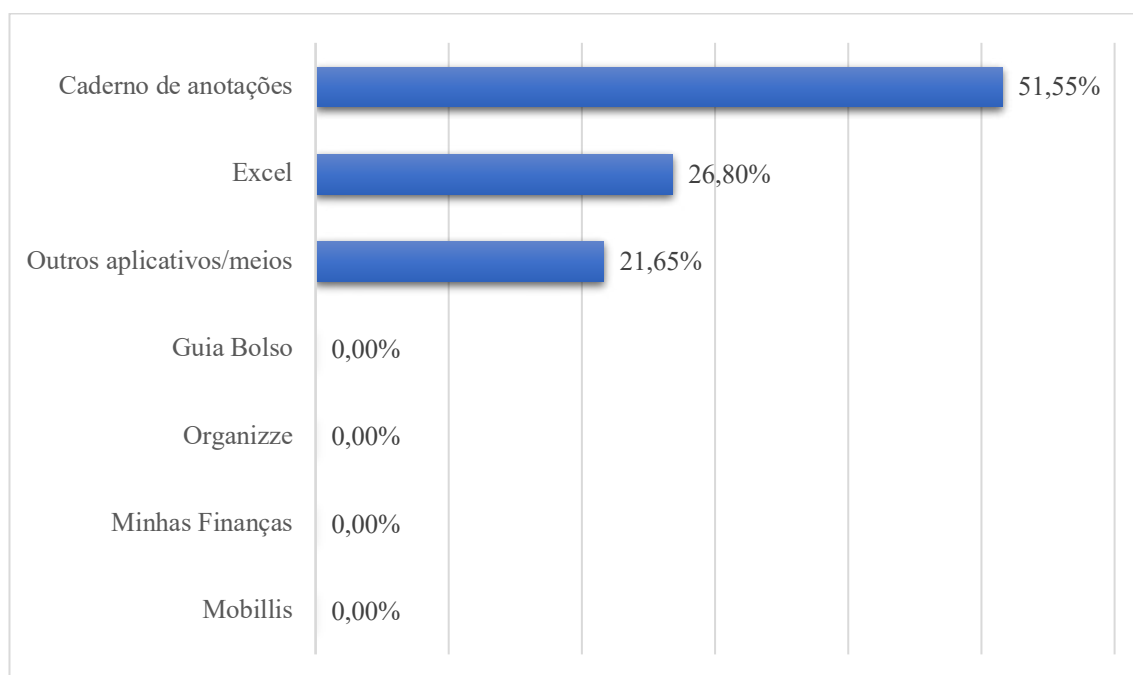
Gráfico 5 - Utiliza alguma ferramenta escrita/digital para controle de despesas/gastos mensais



Fonte: Elaborado pelo autor

Quando perguntados qual tipo de ferramenta cada família utiliza, o Gráfico 6 evidencia que a maioria dos respondentes continua usando caderno de anotações como principal fonte de controle de despesas (51,55%), ao passo que aproximadamente 1/3 utiliza-se do Excel (26,80%) ou Outros Aplicativos/Meios (21,65%). Dentre as famílias entrevistadas, destaca-se que nenhuma delas conhece, de fato, aplicativos específicos para esse tipo de controle de despesas e gastos mensais.

Gráfico 6 – Ferramenta que costuma utilizar



Fonte: Elaborado pelo autor

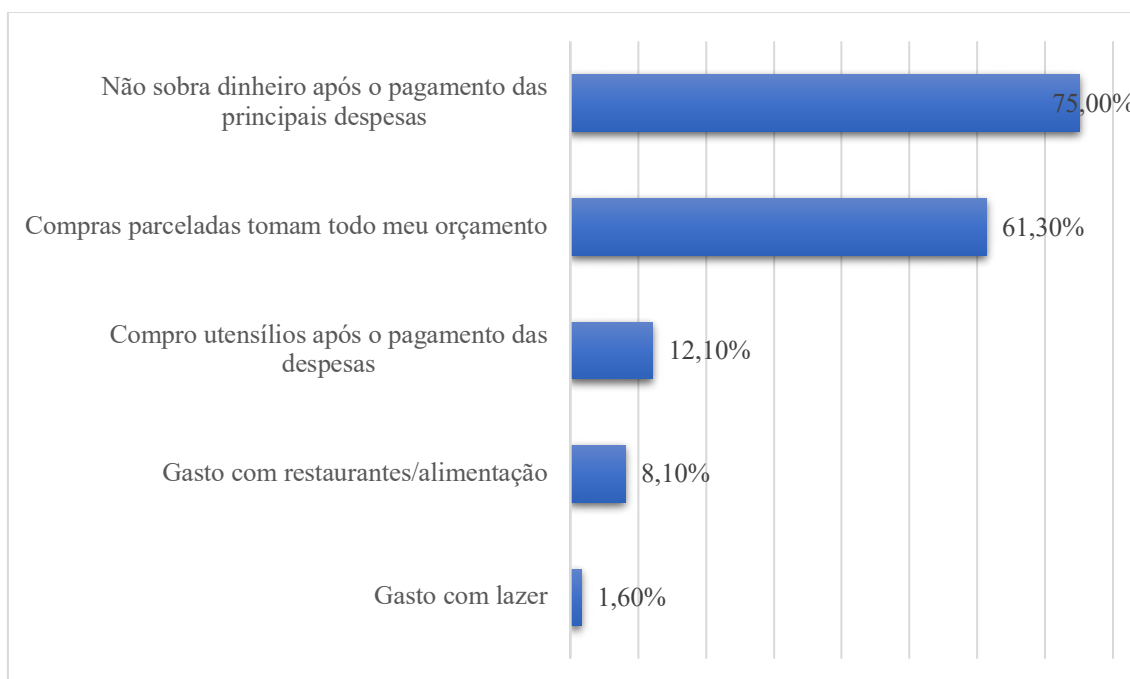
Além dos resultados expostos, verificou-se que a maioria dos respondentes reportou dificuldade em economizar (76,2%), conforme Tabela 9, e que a principal causa é que não sobra dinheiro após o principal pagamento das dívidas, aliado às compras parceladas que tomam todo o orçamento doméstico mensal, conforme evidenciado no Gráfico 7.

Tabela 9 - Possui dificuldades para economizar

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Não</b>	39	24
<b>Sim</b>	125	76

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 7 - Quais são as principais dificuldades para poupar que você encontra



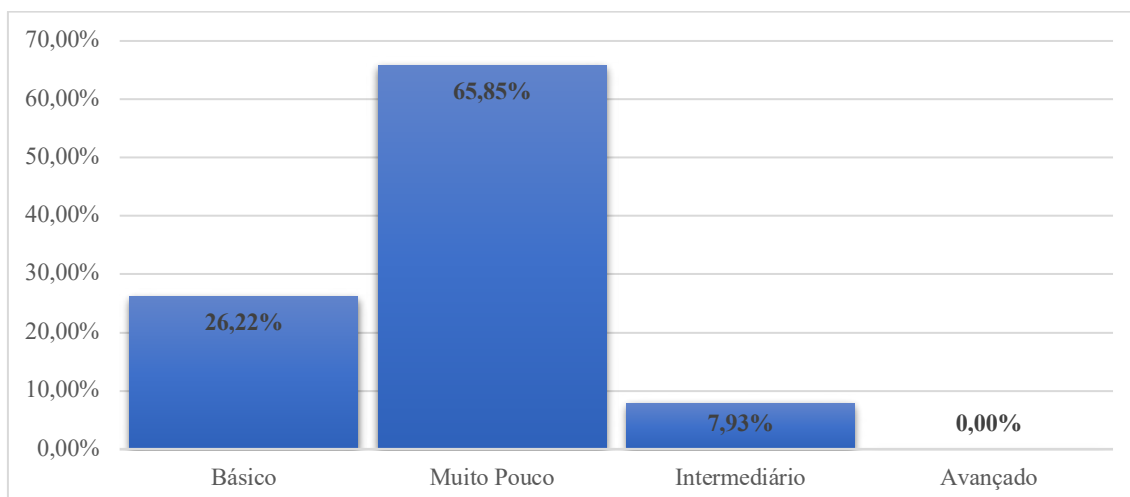
Fonte: Elaborado pelo autor

### 5.3. CONHECIMENTO FINANCEIRO BÁSICO E INVESTIMENTOS

A terceira parte da análise dos resultados do presente artigo investiga os hábitos de investimento entre as famílias de baixa renda. A maioria dos entrevistados respondeu que tinha muito pouco conhecimento sobre investimentos (65,9%), seguido daqueles que tinham conhecimento básico (26,2%), conforme Gráfico 8. Nenhuma família informou que possuía conhecimento avançado. Para além do exposto, conforme exibido na Tabela 10, aproximadamente  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados informaram não possuir nenhuma fonte adicional de renda extra para além de seus salários fixos mensais.



Gráfico 8 - Nível de conhecimento financeiro em investimentos que você considera ter



Fonte: Elaborado pelo autor

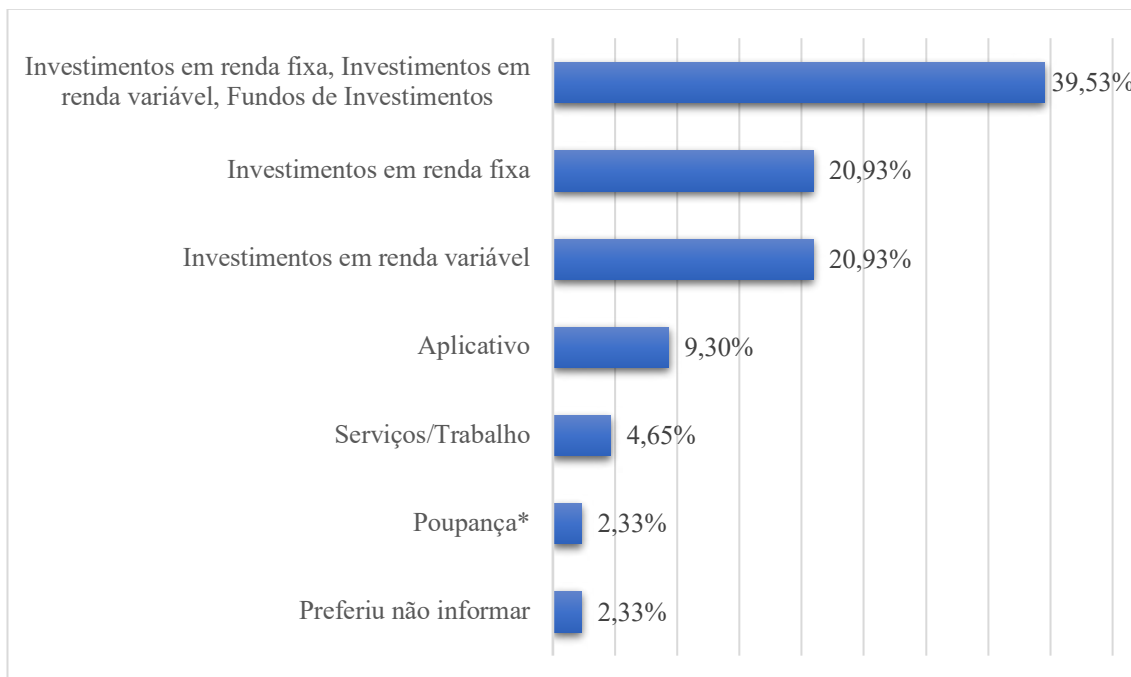
Tabela 10 - Possui alguma fonte de recebimento/renda extra

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Não</b>	121	74
<b>Sim</b>	43	26

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre aqueles que informaram possuir uma fonte de renda extra (26,2% dos respondentes, conforme Tabela 10 acima), as porcentagens se mantiveram bem equilibradas entre as diferentes modalidades de obtenção da mesma. Este ponto, entretanto, nos chamou a atenção na elaboração da pesquisa visto que, apesar do baixo nível de renda e educação financeira, os respondentes se expõem ao risco da renda variável tanto quanto na renda fixa, muita dessa porcentagem é em convergente com o Raio-X do investidor brasileiro pesquisado pela Anbima, onde houve crescimento de alocação em produtos financeiros no ano de 2020, com destaque aos títulos privados e fundos de investimento, onde cada uma dessas opções tiveram 5% dos investidores brasileiros. Sendo assim, 39,53% dos respondentes possuem uma diversificação de investimentos entre renda fixa, variável e fundos de investimento, 20,93% possuem apenas rendimentos provenientes de renda fixa ou variável e um pequeno percentual possui fontes advindas de aplicativos, trabalho extra ou poupança.

Gráfico 9 - Qual a principal fonte de renda extra



Fonte: Elaborado pelo autor

De maneira complementar à informação trazida no gráfico anterior, a Tabela 11 apresenta o impacto dos investimentos realizados pelas famílias na sua renda principal. Das famílias que possuem algum tipo de renda extra, a grande maioria só recebe valores que acumulam até 20% das suas despesas fixas (84%), indicando a dificuldade de multiplicar seus meios de ganhos para melhorar o estilo de vida.

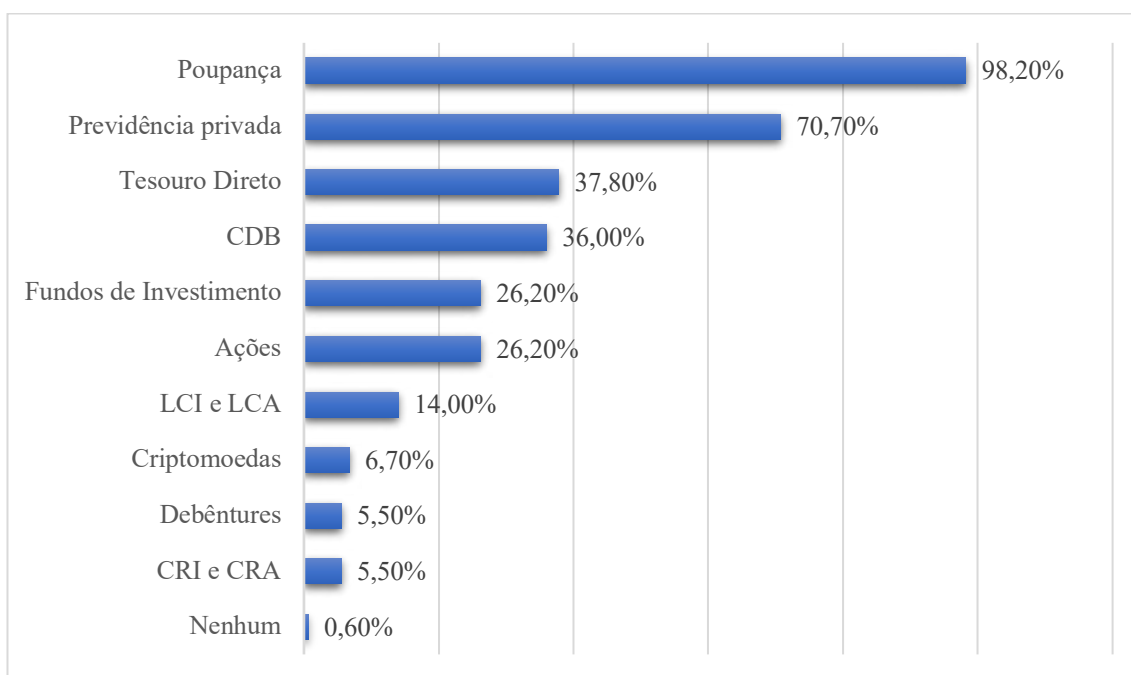
Tabela 11 - A renda extra obtida na resposta anterior corresponde a qual parcela da sua renda principal

	Freq. abs.	Freq. relat. (%)
<b>Até 20%</b>	36	84
<b>De 20% a 50%</b>	4	9
<b>De 50% a 70%</b>	3	7

Fonte: Elaborado pelo autor

Adicionalmente, indagou-se, também, o nível de conhecimento das famílias sobre as diferentes alternativas de produtos financeiros existentes. A poupança, como talvez seja de se esperar, é a alternativa com maior saliência entre a amostra entrevistada (98%), seguido de alternativas de previdência privada (70%). Dentre as demais opções, nenhum outro serviço financeiro passou de 38% de conhecimento geral das famílias de baixa renda, conforme exibido no Gráfico 10 abaixo.

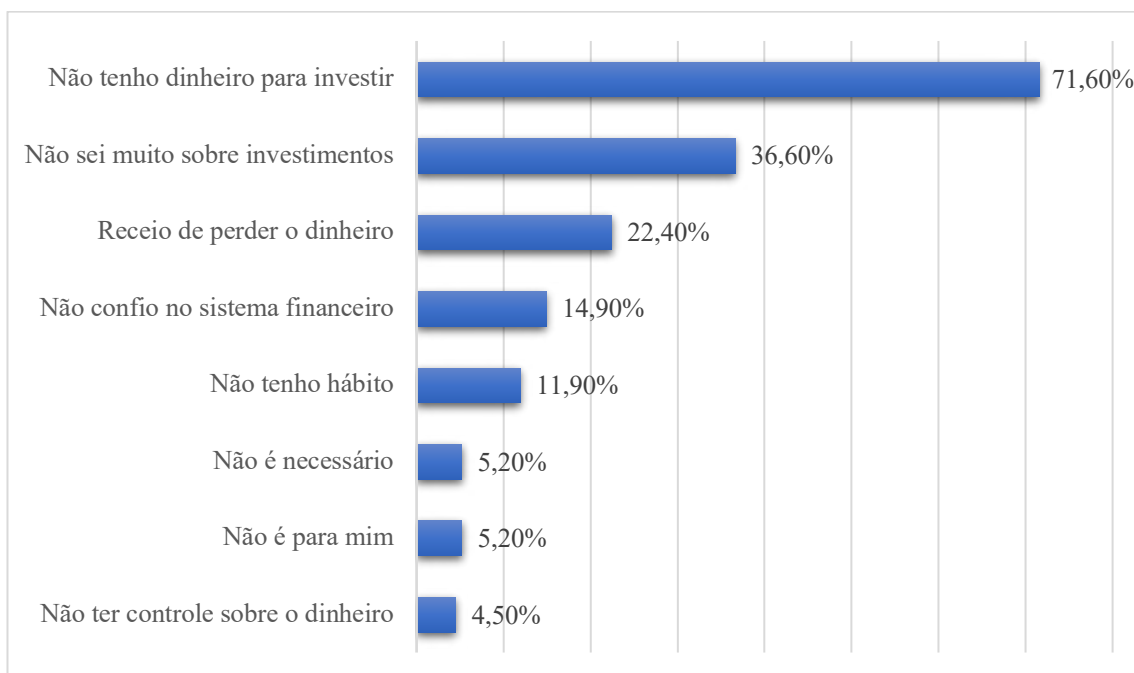
Gráfico 10 - Dentre os produtos financeiros listados abaixo, quais deles você conhece



Fonte: Elaborado pelo autor

De maneira complementar à pergunta anterior, investigou-se o principal motivo para que os entrevistados não possuam investimentos. Conforme exibido no Gráfico 11, grande parte das famílias relataram não possuir dinheiro para investir (71,6%), seguido daquelas que não possuem conhecimento sobre investimentos (36,6%) ou que possuem receio de perder dinheiro (22,4%).

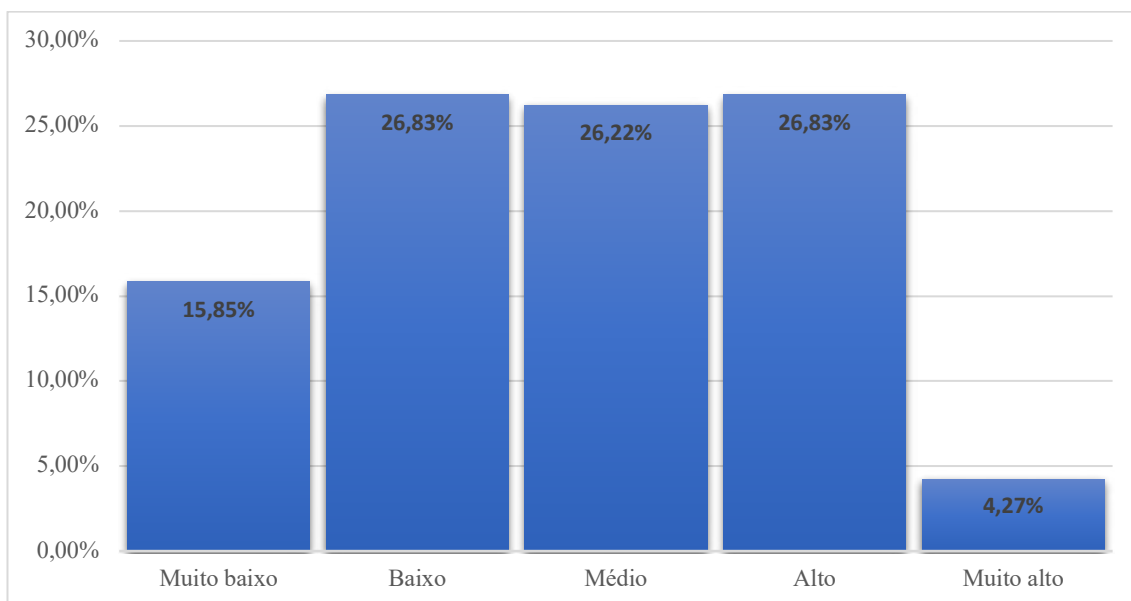
Gráfico 11 - Caso não possua investimentos, explique o motivo



Fonte: Elaborado pelo autor

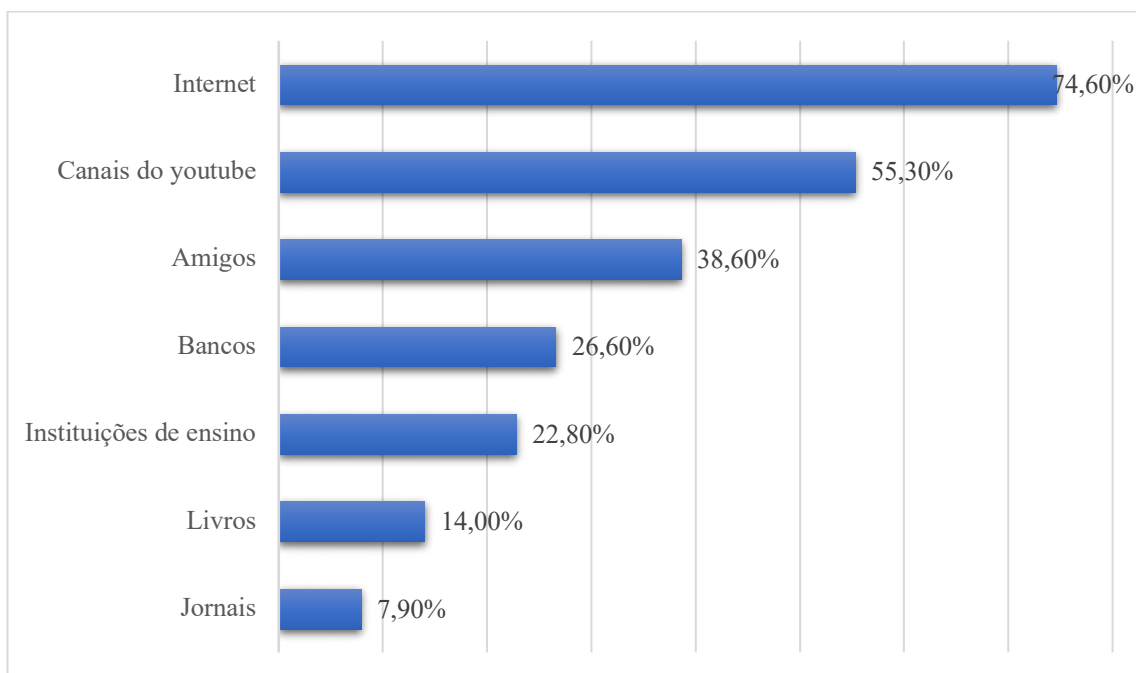
Por fim, a pesquisa analisou também o nível de interesse dos entrevistados na temática de educação financeira (Gráfico 12) e as principais fontes de informação sobre o tema (Gráfico 13). Encontrou-se, de modo geral, um resultado bem equilibrado, onde aproximadamente 27% dos entrevistados relataram baixo, médio ou alto interesse. Outros 15,3% relataram interesse muito baixo e apenas 4,3% possuem interesse muito alto. Para além do exposto, quando necessário, a grande maioria procura informações na internet (74,6%), em canais do Youtube (55,3%) ou através de recomendações de amigos (38,6%).

Gráfico 12 - Nível de interesse em na temática de educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 13 - Onde você procura informações sobre o assunto



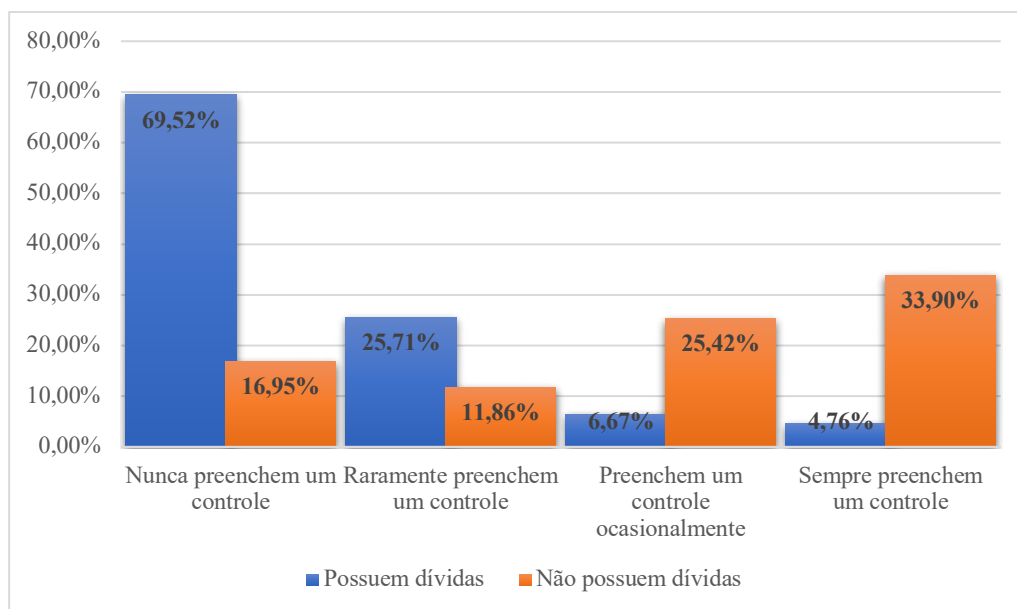
Fonte: Elaborado pelo autor

#### 5.4. ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA NA AMOSTRA DE RESPONDENTES

Para responder aos objetivos específicos deste trabalho, dividimos os respondentes entre aqueles que fazem ou não uso de ferramentas de controle de gastos mensais e relacionamos tal classificação com o nível geral de endividamento e inadimplência das famílias. Para tanto, conforme previamente ilustrado no Gráfico 5, lembramos que a grande maioria das famílias (64,02%) entrevistadas nunca ou raramente faz anotações e possui controle de seus gastos mensais, ao passo que apenas 35,97% ocasionalmente ou sempre o fazem.

Conforme evidenciado no Gráfico 14 abaixo, percebemos uma relação inversa entre o uso de controle dos gastos mensais e níveis de endividamento. Ao passo que 69,52% das famílias que informaram nunca preencher um controle de despesas reportaram estarem endividadas, a tendência se inverte onde 25,42% das famílias que preenchem ocasionalmente não possuem dívidas, e 33,90%, quando sempre preenchem, não possuem dívidas.

Gráfico 14 – Possui um controle de despesas x possuem dívidas

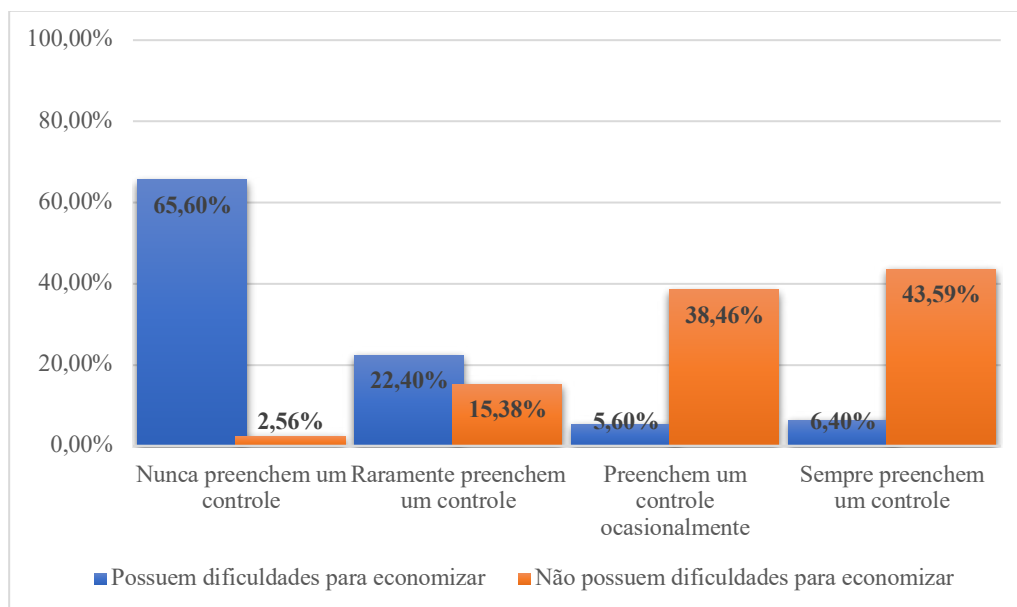


Fonte: Elaborado pelo autor

Outro ponto interessante que podemos analisar no Gráfico 15 é que a mesma tendência se aplica em relação à dificuldade em economizar. Percebeu-se que 65,60% das famílias que nunca preenchem um controle de gastos mensais apresentam dificuldade em

economizar, ao passo que as famílias que preenchem ocasionalmente (38,46%) ou sempre (43,59%) suas despesas em um controle de despesas mensais não possuem essa dificuldade.

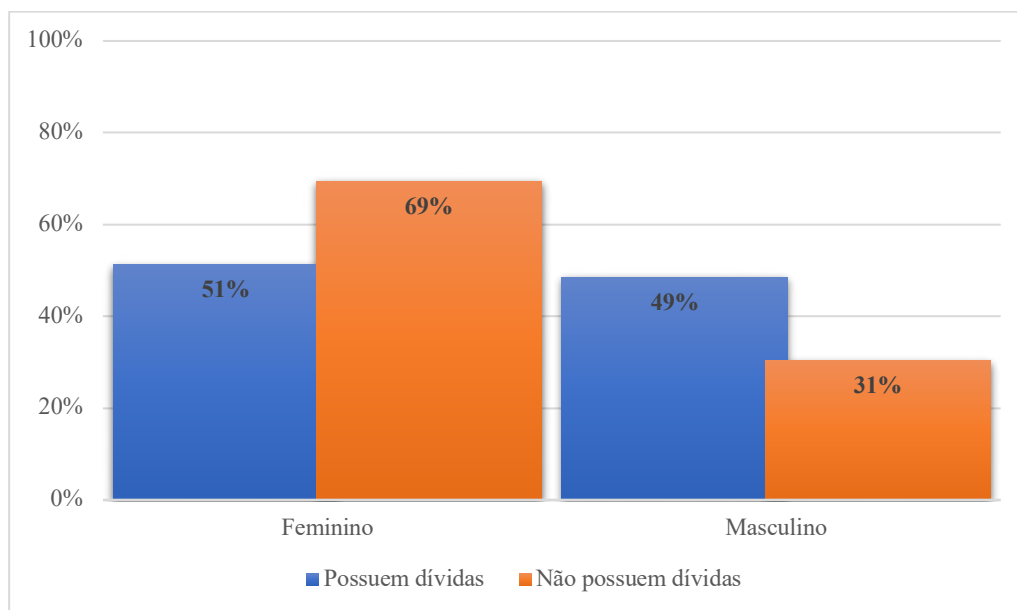
Gráfico 15 - Possui um controle de despesas x possuem dificuldades para economizar



Fonte: Elaborado pelo autor

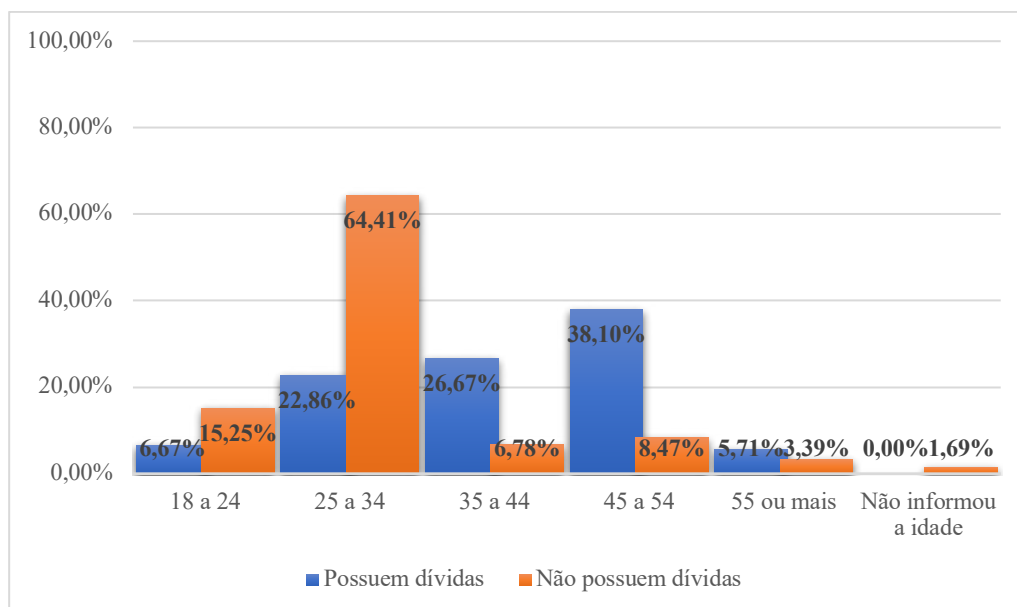
Analizamos, também, como variáveis demográficas tais como gênero, idade e escolaridade influenciam no nível geral de endividamento. Conforme ilustrado no Gráfico 16, os respondentes homens possuem, em média, mais dívidas (49%) do que as mulheres. No que se refere à idade, tem-se que as famílias com provedores mais avançados em idade (45-54 anos) possuem mais dívidas que os mais novos (38,10%), e casais de menor idade (25-34 anos) são os que menos possuem dívidas (64,41%), conforme apontado no Gráfico 17. Por fim, no que se refere à escolaridade, temos que as famílias que mais possuem dívidas são as que têm somente ensino médio completo (69,52%), seguido pelas famílias com ensino superior incompleto (25,71%), as famílias em que o principal provedor cursa ensino superior são as que menos possuem dívidas (59,32%), conforme evidenciado no Gráfico 18.

Gráfico 16 – Gênero x Possuem dívidas



Fonte: Elaborado pelo autor

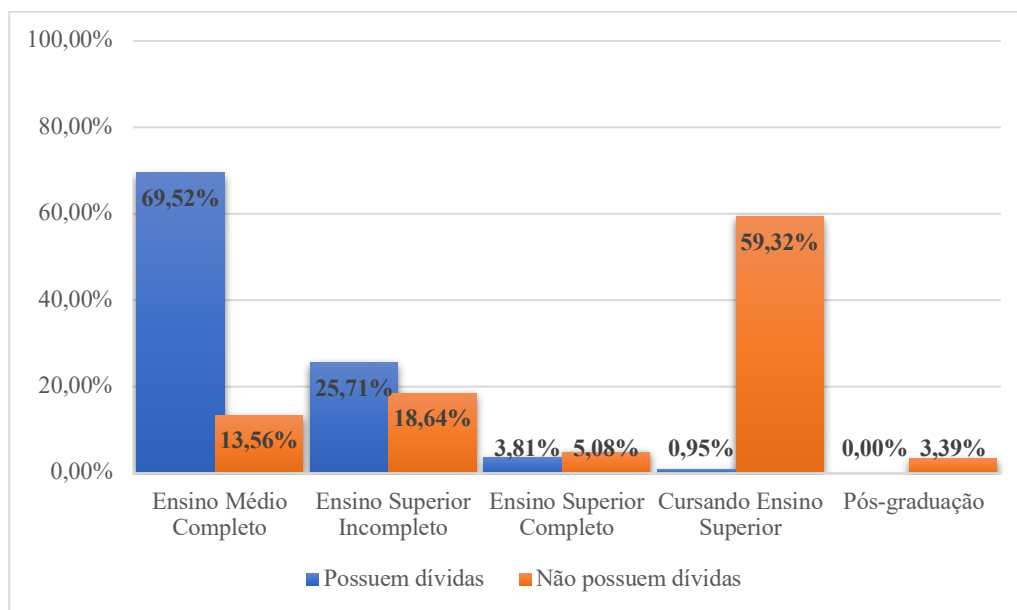
Gráfico 17 – Idade x Possuem dívidas



Fonte: Elaborado pelo autor



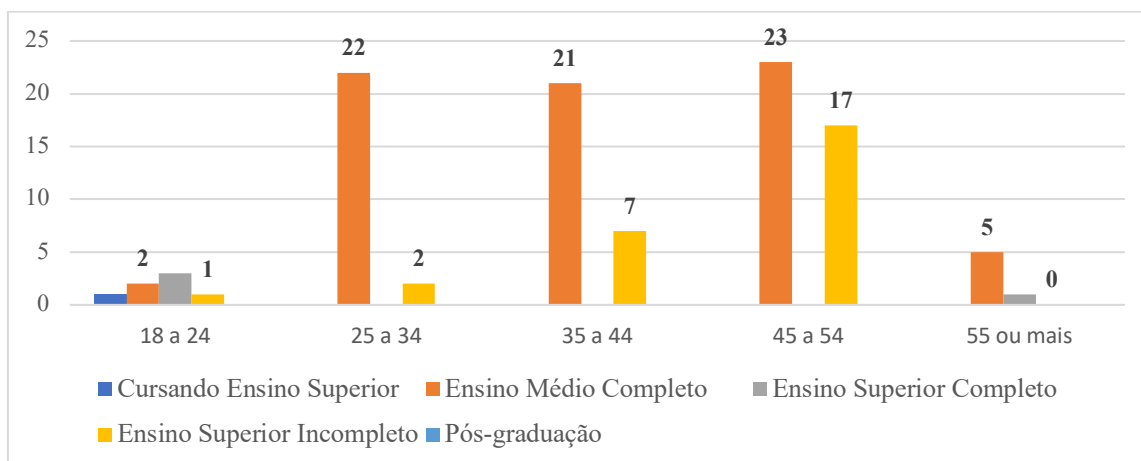
Gráfico 18 – Escolaridade x Possuem dívidas



Fonte: Elaborado pelo autor

Destaca-se também a relação entre a idade e escolaridade para as famílias que possuem dívidas, onde famílias que possuem somente o ensino médio completo se equilibram em possuírem mais dívidas, porém, a idade dos 45 a 54 anos se destacam quando não possuem ensino superior completo, com 17 famílias. Portanto, entre famílias que não possuem ensino superior incompleto, conforme a idade cresce, o endividamento também cresce, enquanto aqueles que possuem ensino médio completo se equilibram na faixa de 20 famílias cada separação de idade.

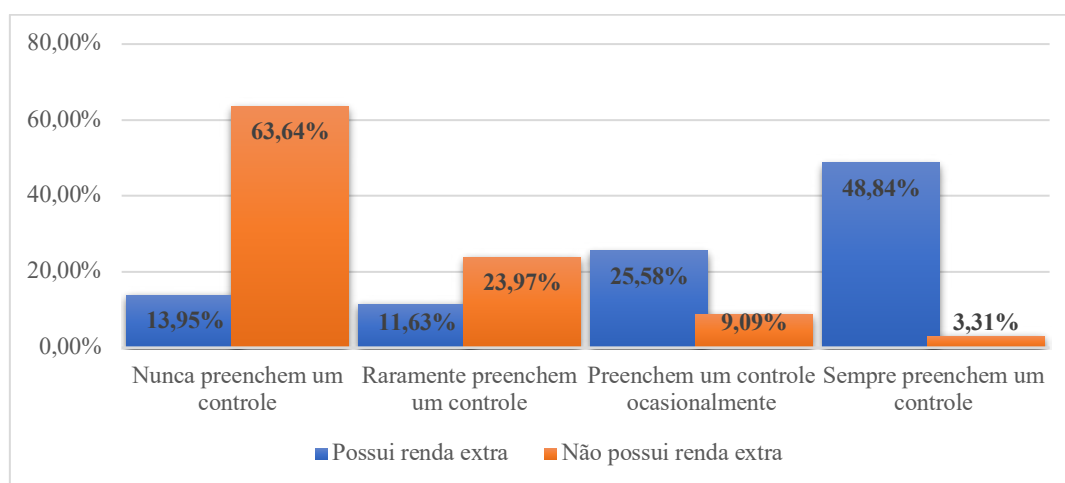
Gráfico 19 – Possuem dívidas: Idade x Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor

Além da análise entre planejamento familiar e o endividamento das famílias, o presente trabalho também se propôs a analisar o conhecimento financeiro das famílias e a busca por fontes alternativas de renda extra. No que se refere ao primeiro ponto, o Gráfico 20 apresenta novamente uma relação inversa entre as variáveis: ao passo que famílias que não possuem um controle financeiro dificilmente possuem fontes alternativas de renda extra (63,64%), a maioria dos que sempre preenchem um controle financeiro mensal (48,84%) também possuem fontes alternativas de renda extra, provavelmente em decorrência da correlação positiva existente entre educação financeira e a busca por diversificação de fontes de renda

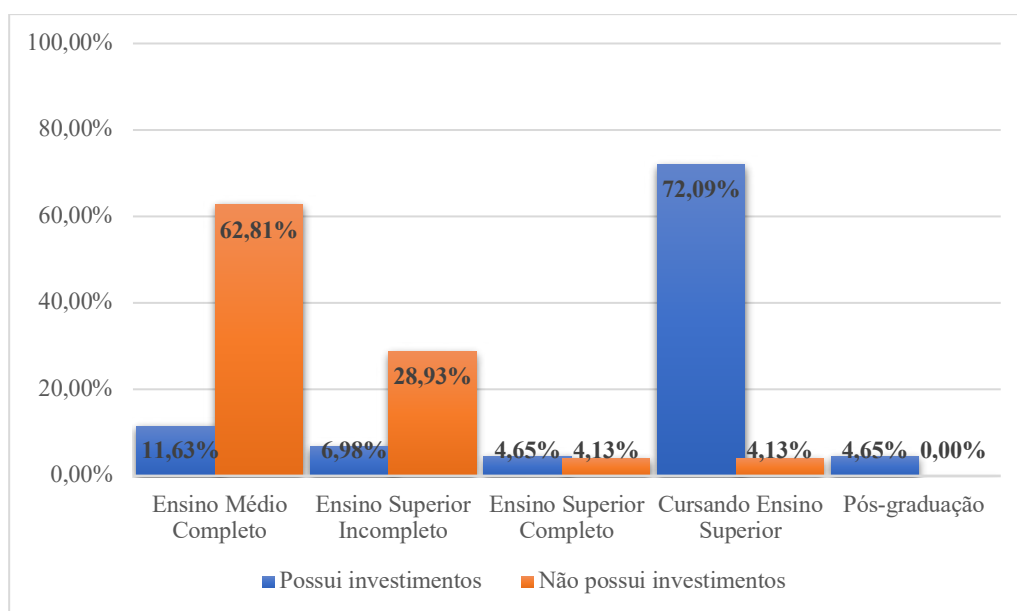
Gráfico 20 – Utilizam um controle de despesas mensais x possui renda extra



Fonte: Elaborado pelo autor

Para além do exposto, analisamos, também, como a exposição educacional impacta nos investimentos das famílias analisadas. Conforme evidenciado no Gráfico 21, podemos perceber uma correlação positiva entre escolaridade e hábitos de investimento: de modo geral, mais anos de escolaridade estão associados com maior exposição aos investimentos. Em suma, ao passo que 62,81% daqueles que possuem apenas nível médio completo não possuem investimentos, aqueles que possuem pós-graduação possuem algum tipo de investimento, provavelmente decorrente de uma maior adaptação à evolução que ocorre dentro das universidades, onde normalmente observamos assuntos mais atuais comparado a quem já está formado.

Gráfico 21 – Escolaridade x Possui investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor

## 6. CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou a relação existente entre a utilização de recursos de controle e planejamento financeiro e sua conseqüente influência no endividamento e hábitos de investimento em famílias paulistas de baixa renda. Através da análise de questionário respondido por 164 indivíduos de diferentes famílias, percebeu-se que há indicativos de que aqueles que melhor controlam suas finanças pessoais através da utilização de ferramentas específicas possuem uma influência positiva em hábitos de consumo, investimentos e busca por fontes alternativas de renda extra. De maneira complementar,

o acesso ou exposição a uma educação de nível superior também é um fator determinante nesse aspecto. Neste sentido, uma família com maior nível de escolaridade permite, também, maior nível de educação financeira, possibilitando uma melhor vida financeira.

No que se refere ao investimento, foi possível averiguar que poucas famílias têm acesso a esse conhecimento ou participam deste ainda segmentado mercado. Por esse ponto, a poupança continua sendo a maior aliada para as famílias de baixa renda, provavelmente em decorrência da capilaridade e reputação que os bancos possuem, aliado à falta de conhecimento financeiro entre os respondentes. Outrossim, identificamos que a educação financeira influencia positivamente nas atitudes financeiras, tal como acontece negativamente com o fator idade. Neste aspecto, observou-se que os respondentes mais velhos possuem também mais dívidas, provavelmente influenciado pelo fato de que esses casais mais velhos também não possuem ensino superior completo, levando, conseqüentemente, à relação negativa observada.

Com isso, constatamos também que há indícios que confirmam as hipóteses propostas neste trabalho, apesar de não ser possível fazer inferências quanto à população como um todo haja vista o caráter descritivo e exploratório deste trabalho. No geral, verificou-se que as famílias de baixa renda tendem a ser endividadas e inadimplentes (H1), aqueles que se utilizam de ferramentas de controle de gastos mensais de forma recorrente controlam melhor suas finanças pessoais e seu consumo (H2), e que famílias que possuem conhecimento financeiro e educação financeira possuem maior acesso ao mercado para captação de novos recursos (H3).

Todo método de pesquisa, todavia, possui possibilidades de aprimoramento e limitações. Neste sentido, a principal limitação deste trabalho é a amostragem por conveniência limitada a famílias de baixa renda de São Paulo: o espaço amostral é relativamente pequeno se comparado ao universo de famílias do país. Além disso, seria interessante um maior período de disponibilização do questionário para que pudesse haver mais respondentes finais, com o aprofundamento da questão em estudo posterior, mais amplo e focado especificamente nessa população.

No que abrange sugestões de pesquisas futuras concernentes aos tópicos anteriormente expostos, são propostos estudos que englobem outros estados da região Sudeste ou o Brasil como um todo, em pesquisa com cronograma mais extenso. Além disso, seria de grande valia verificar fatores determinantes do controle financeiro, de forma a serem

feitas políticas públicas ou esforços privados que engajassem as famílias a terem um maior conhecimento das ferramentas de controle financeiro e, conseqüentemente, hábitos de organização financeira melhores. Por fim, seria válido maior atenção ao tema, havendo, por exemplo, artigos aprofundando-se na questão de famílias de baixa renda além do endividamento, para que pudéssemos ter maiores dados sobre educação financeira para essa parte da população tão carente deste debate.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. B. de M. N. **Planejamento financeiro e familiar e orçamento doméstico: prática e importância em um grupo no município de Cataguases — MG.** 2010. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) — Faculdades Sudamérica, Cataguases, 2010

ANBIMA. **Raio X do Investidor chega à quinta edição com novos recortes sobre o comportamento financeiro dos brasileiros.** Anbima. 2022. Disponível em: < [https://www.anbima.com.br/pt\\_br/noticias/raio-x-do-investidor-chega-a-quinta-edicao-com-novos-recortes-sobre-o-comportamento-financeiro-dos-brasileiros.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/raio-x-do-investidor-chega-a-quinta-edicao-com-novos-recortes-sobre-o-comportamento-financeiro-dos-brasileiros.htm) >. Acesso em: 17 mai. 2022.

ÁVILA, Leandro. **Cartão de Crédito.** 2014. Disponível em < <https://clubedospoupadores.com/consumo/cartao-de-credito-armadilhas-juros-taxas-problemas.html> > Acesso em 17 de maio de 2022.

B3. **Captação bancária.** Disponível em < [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/certificado-de-deposito-bancario.html](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/renda-fixa-e-valores-mobiliarios/certificado-de-deposito-bancario.html) > Acesso em: 12 mai. 2022.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. **Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014.** Revista Perspectiva. Rio Grande do Sul, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015.

CARDOSO, Daniel Almeida. **O comportamento e a atitude financeira em famílias de baixa renda.** 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo.** Curitiba, 2007. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CERBASI, Gustavo P. **Dinheiro – os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua independência financeira.** São Paulo: Gente, 2005

CERBASSI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos.** São Paulo: Gente, 2004

CLAUDINO, L. P., Nunes, M. B., Oliveira, A. R., & Campos, O. V. (2009). **Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública.** In XVI Congresso Brasileiro de Custos. Fortaleza: CBC.

DALARME, SILVA, SEVERINO. **Planejamento Financeiro Familiar.** Atibaia, 2018. Centro Universitário UNIFAAT, 2018.

FUSTAINO, J.; YAMAMOTO, C. S. **O Consumo de Crédito no Mercado de Baixa Renda: Fatores Contribuintes para o Aumento das Dívidas.** Anais do XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 2009.

FEBRABAN. **Planilhas.** Disponível em: < <https://meubolsoemdia.com.br/planilhas> >. Acesso em: 17 mai. 2022.

FECOMERCIOSP. **Intenção de Consumo das Famílias.** 2022. Disponível em: < <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/icf> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

FGC. **Perguntas e Respostas**. 2017. Disponível em: < <https://www.fgc.org.br/garantia-fgc/perguntas-e-respostas> >. Acesso em: 25 jul. 2022.

FIorentini, S. R. B., Ed. **Inadimplência**: Como evitar e resolver. Sebrae, 2004.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999

G1. **6,1 milhões de empresas estavam inadimplentes em abril, aponta Serasa**. G1. 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/31/61-milhoes-de-empresas-estavam-inadimplentes-em-abril-aponta-serasa.ghtml> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

G1. **Endividamento e inadimplência das famílias batem novo recorde em abril**. G1. 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/02/endividamento-e-inadimplencia-das-familias-batem-novo-recorde-em-abril.ghtml> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

G1. **Governo do RN inicia pagamento da folha salarial de maio aos servidores neste sábado (14)**. G1. 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/05/13/governo-do-rn-inicia-pagamento-da-folha-salarial-de-maio-aos-servidores-neste-sabado-14.ghtml> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

GIARETA, M. **Planejamento financeiro pessoal**: uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar. Orientador: Oscar Claudino Galli. 2011. 45f. TCC (Pós-Graduação) – Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77602> . Acesso em: 17 mai. 2022.

GIL, A. G. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentisse Hal. 2011.

INFOMONEY. **LCI e LCA**: guia completo para começar a investir. Infomoney. 2022. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/guias/lci-lca/> >. Acesso em: 24 jul. 2022.

LEAL, Cícero Pereira; DO NASCIMENTO, José Antônio Rodrigues. **Planejamento financeiro pessoal**. Revista de Ciências Gerenciais, v. 15, n. 22, 2011.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. **A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. IN IX SEMEAD, 2006. Disponível em: < [https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/266.pdf](https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf) > Acesso em: 17 mai. 2022.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 297

MARTINS, G. A & PINTO R. L. **Manual para a elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo, Atlas: 2001

MENDES, Juliana de Souza. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. Orientador: Jailson Coelho. 2015. 39f. TCC (Pós-Graduação) – Matemática Financeira Aplicada aos Negócios, Matemática Financeira, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17715938->

Juliana-de-souza-mendes-educacao-financeira-para-uma-melhor-qualidade-de-vida-orientador-prof-dr-jailson-coelho.html . Acesso em: 17 mai. 2022.

NUBANK. **O que é inadimplência e o que significa estar inadimplente**. 2020. Disponível em: < <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-inadimplencia/> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

NUBANK. **CDB no Nubank: como funciona?**. 2021. Disponível em: < <https://blog.nubank.com.br/cdb-no-nubank/> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES.

**Endividamento e sobreendividamento das famílias:** Conceitos e estatísticas para sua avaliação. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/20002

PEREIRA, Glória. **A energia do dinheiro:** Como fazer dinheiro e desfrutar dele: Elsevier, 2003.

REIS, Ana Paula Santos. **Os principais fatores que influenciam no endividamento e inadimplência das famílias brasileiras**. 2020. 20f. Artigo (Graduação em Administração) - Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes e LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2016, n. 126, pp. 340-359. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/By5gtMcMPFJ5V4qf5qKQrFw/abstract/?lang=pt#> >

ROCHA, Rodrigo Ribeiro; OLIVEIRA, Ronielton Rezende; TEIXEIRA, Luiz Antônio Antunes. **Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda:** Tendências de inadimplência e adimplência. Caderno Profissional de Marketing-UNIMEP, v. 8, n. 3, 2020.

SEBBEN, José Renivaldo. **Análise de crédito e cobrança**. São Paulo: Navatec, 2020

SERASA. **Endividamento:** como saber se faço parte da estatística?. 2021. Disponível em: < <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-como-saber-se-faco-parte-da-estatistica/> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

SERASA. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil**. 2018. Disponível em: < <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

SERASA. **Conta poupança:** o que é e como funciona?. 2022a. Disponível em: < <https://www.serasa.com.br/ensina/suas-economias/conta-poupanca-o-que-e/> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. 2022b. Disponível em: < <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/Mapa-da-inadimplencia-MARCO.pdf> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: < [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24428/1/eBook\\_Metodologia\\_da\\_Pesquisa\\_Aplicada\\_a\\_Contabilidade-Ci%C3%A4ncias\\_Contabeis\\_UFBA.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24428/1/eBook_Metodologia_da_Pesquisa_Aplicada_a_Contabilidade-Ci%C3%A4ncias_Contabeis_UFBA.pdf) > Acesso em 30. mai. 2022.



SINDICATO DOS METALÚRGICOS. **TRT propõe cronograma de pagamento de salários pela MWL**. Sindicato dos metalúrgicos. 2022. Disponível em: < <https://www.sindmetalsjc.org.br/n/5975/trt-propoe-cronograma-de-pagamento-de-salarios-pela-mwl> >. Acesso em: 17 mai. 2022.

TESOURO DIRETO. **TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O TESOURO**. Disponível em: < <https://www.tesourodireto.com.br/conheca/conheca-o-tesouro-direto.htm> >. Acesso em: 12 mai. 2022.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016

WISNIEWSKI, M. L. G. (2011). **A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais**: Uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. Revista Intersaberes, v. 6, n. 11, p. 155-170, 3 out. 2011.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.